

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXXII • Julho / Agosto / Setembro 2023 • Nº 121

ANS PREPARA CONFERÊNCIA NACIONAL





EDITORIAL

Estamos a uns dias...

Estamos a uns dias de assinalar mais um aniversário da implantação do regime em que vivemos e que servimos: a República!

Mais uma vez, se não for a ANS – Associação Nacional de Sargentos, ficarão esquecidos alguns dos seus maiores obreiros, os Sargentos, quer sejam os de 31 de Janeiro de 1891, quer sejam os de 4 e 5 de Outubro de 1910.

Estamos a uns dias das apresentações das propostas, discussões, debates, votações em torno do Orçamento de Estado para o ano de 2024 que, em bom rigor, deveriam já incorporar as correcções de inúmeras injustiças.

Estamos a uns dias de que ingressem formalmente nos Quadros Permanentes das Forças Armadas, algumas dezenas de jovens Sargentos que, apesar da sua dedicação e do seu esforço, são logo no início da carreira, enquanto militares dos Quadros Permanentes, confronta-

dos com uma enorme e revoltante injustiça ao não terem sido graduados como militares da categoria de Sargentos nos respectivos cursos de formação, como deveria acontecer. Esperemos que quando se apresentarem nas suas unidades de colocação, já o façam ostentando a divisa do posto de Segundo-Sargento, resultado de uma luta travada pela ANS, e não a do posto de Furriel ou, pior ainda, com uma insígnia que não existe na categoria de Sargentos, ou com a de um posto de uma categoria a que já não pertencem.

Estamos a uns dias de levar a efeito uma importante Conferência Nacional de Sargentos, em que a participação na mesma será por inscrição obrigatória através dos meios disponibilizados pela ANS. Nesta Conferência será actualizado o documento, para o qual se apela que sejam enviados contributos até 3 de Novembro, que tem servido de base nas lutas travadas pela ANS, integrando as suas propostas, reivindicações, anseios e objectivos, nos planos da Formação, Legislação Militar, Apoio Social, Regime Remuneratório, os quatro pilares fundamentais

para o bom desenvolvimento de uma carreira atractiva, motivadora, reconhecida e de grande satisfação pessoal para aqueles que assumiram, por juramento, servir o País como Militares das Forças Armadas, orgulhosamente na condição de Sargentos de Portugal!

Mas, o que seguramente não estamos, é a uns dias de iniciar a luta pelos nossos direitos. Não!

E não o estamos, porque a luta pelos nossos direitos já foi iniciada há muitos anos e está inscrita no ADN dos Sargentos Portugueses.

Tudo o que temos foi conquistado a pulso. Nada nos foi oferecido de bandeja. Tudo foi fruto de muito trabalho colectivo, de muita luta organizada, de unidade, de determinação e de muita, muita resistência.

Porque estamos conscientes e orgulhosos das lutas do passado, mantemos as cruciais lutas no presente, assumindo e preparando as necessárias lutas no futuro.

Essa foi, é e será sempre a força dos Sargentos de Portugal, hoje congregados na sua estrutura representativa de classe, a Associação Nacional de Sargentos! ▲

ANS PREPARA - Conferência Nacional de Sargentos

Mensagem do Presidente da Assembleia Geral

Enquanto conceito, o de *'cidadão trabalhador em uniforme'* sintetiza com fidelidade o objecto e a actividade da ANS - Associação Nacional de Sargentos. Tal como o seu lema, *'Quão difícil nos temos movido'*, que resume bem a tenacidade necessária para atingirmos os nossos objectivos, lutando por direitos e aspirações dos Sargentos de Portugal e das suas famílias. Mesmo sabendo das dificuldades, não abdicamos da nossa condição de cidadão e trabalhador em uniforme, o que nos confere características especiais, mas que não nos pode restringir, para além do estritamente necessário, quaisquer direitos ou garantias.

Na sua demanda, a ANS e os seus dirigentes pautam o seu funcionamento e a sua acção pelo mais estrito respeito das regras e da ética da democracia, de uma forma honesta, sustentada e coerente com as decisões dos sócios. Ao longo de mais de 34 anos a Associação tem criado instrumentos e guias, diria formais, que orientem o trabalho associativo. Um desses instrumentos, um fundamental instrumento, é o Caderno de Aspirações (o Caderno, daqui em diante).

O Caderno, no qual, em letra de forma, são estabelecidos os objectivos a atingir, tem sido revisto e actualizado ao longo da existência da Associação. Definindo grandes áreas de intervenção, decompostas em objectivos mais concretos com elas relacionados, o que permite que as posições da ANS se sustentem em trabalho sério e, nunca é demais dizê-lo, na vontade dos sócios, em colectivo.

A última revisão foi feita em 23 de Novembro de 2019, no Entroncamento, numa Reunião de Sargentos efectuada especificamente com esse objectivo. Passados 4 anos, está na altura de rever o Caderno por forma adaptá-lo à realidade conjuntural, sempre com base em grandes áreas, estruturais e estruturantes da vida e das condições socioprofissionais dos Sargentos.

Tendo em conta o que acima digo, decidiu a Direcção da ANS promover uma

Conferência Nacional de Sargentos, no próximo dia 18 de Novembro de 2023, Sábado, a partir das 09.00, nas instalações do Centro de Apoio Social, em Oeiras.



Durante os trabalhos, quatro dirigentes apresentarão para debate grandes temas que se relacionam com as nossas vidas:

- Formação
- Legislação Militar
- Apoio Social
- Regime remuneratório

Tal como em 2019, a actividade na sede da ANS 'está a subir'! Muitos camaradas estão já a trabalhar na preparação da Conferência, nomeadamente numa tarefa essencial: a preparação de um documento de trabalho que permita fazer propostas que alterem, corrijam, acrescentem o que se entender dever fazer parte da próxima redacção do Caderno. Essas propostas serão compiladas pela ANS e serão discutidas na sessão de 18NOV2023, dando assim legitimidade a um documento que foi fruto do trabalho colectivo de Sargentos.

Assim, enquanto presidente da Mesa da Assembleia Geral da ANS, exorto os camaradas a participarem neste trabalho, quer enviando propostas ou sugestões, quer divulgando o evento, quer inscrevendo-se (a inscrição para participação é obrigatória) para a Conferência através dos meios disponibilizados para o efeito.

Vem participar na Conferência Nacional de Sargentos!

Vem trabalhar em prol dos Sargentos de Portugal!

O Presidente da Assembleia Geral

Luís Manuel Marques Bugalhão



5 de Outubro de 1910 “NÓS MORREMOS AQUI!”

Diz o relatório de Machado Santos, considerado por muitos como o ‘pai da República’, sobre os nove Sargentos que ficaram para lutar. Foi de facto ele que comandou as tropas revoltosas que aguentaram, até à derrota das forças monárquicas, a carga de artilharia das tropas de Paiva Couceiro. Mas, como ele próprio reconheceu, não o teria conseguido sem a coragem esclarecida dos **9 Bravos da Rotunda**.

Citemos o relatório: “Tendo-lhes dito que os oficiais haviam abandonado o campo, aconselhando os Primeiros-Sargentos a imitá-los e ordenando à força que recolhesse a quartéis, perguntei-lhes se aceitavam o meu comando. A resposta foi pronta: “Nós morremos aqui, ao lado de V.S.!”

Mas não morreram ali. Ao contrário, estes nove Sargentos, juntamente com Praças e civis que decidiram igualmente ficar, lograram atingir aquilo que muitos desejavam e não tiveram coragem de fazer: derrubaram a monarquia e ‘escancararam as portas’ à República, que

‘entrou’ na manhã seguinte, no glorioso dia 5 de Outubro de 1910!

Retomemos o relatório de Machado Santos: “[naque-la tarde] *Todos me tratavam democraticamente por tu, mesmo pessoas que eu nunca vira; todos desejavam tornar-se vistos por mim para mais tarde eu poder certificar que haviam estado na Rotunda! Mas os valentes, os heróis, esses quedaram-se muito sossegados à sombra das árvores, como que envergonhados da vitória alcançada e que só ao seu heroísmo se devia!*”

Aqueles nove bravos Sargentos, quiçá imbuídos do espírito dos seus camaradas do 31 de Janeiro de 1891, no Porto, têm os seus nomes gravados a letras de ouro na História de Portugal.

O Sargento, por ocasião do 113º aniversário da Implantação da República em Portugal, expressa a gratidão que o nosso país lhes deve (muito poucas vezes reconhecida), publican-do novamente os nomes destes camaradas Sargentos:



- José Soares da Encarnação;
- Ernesto Joaquim Feio;
- Francisco Alexandre Lobo Pimentel;
- Firmino da Silva Rego;
- Ernesto José dos Santos;
- Mathias dos Santos;
- Manuel da Conceição Silva;
- Laurino Vieira;
- Francisco Garcia Tereno.

Heróis? Talvez. Mas valentes, sim; bravos, sim. Muito, muito bravos! ▲

FACTO HISTÓRICO

Primeira Sargento-Mor nas Forças Armadas Portuguesas

20 de Julho de 2023 ficará para a história como o dia em que decorreu a promoção ao posto mais alto da categoria de Sargentos da primeira Sargento-Mor das Forças Armadas Portuguesas, quatro anos e meio depois de ter sido

promovida a primeira Oficial General.

A nossa camarada Sandra Antunes, Militar da Força Aérea Portuguesa, Operadora de Informática, a prestar serviço no Instituto da Defesa Nacional (IDN), em Lisboa, foi promovida ao

posto de Sargento-Mor, numa cerimónia presidida pela Directora do IDN, contando com a presença de Militares e Civis a prestar serviço neste instituto, Militares convidados e familiares da camarada. ▲



MITO, LENDA, FICÇÃO OU REALIDADE?!

É deveras inacreditável que a multidão vê a realidade e os supremos anciãos vivem entre mitos e lendas. Perdão, personificam-se como tal e agem como divindades intocáveis.

Não estamos noutra época, estamos em pleno séc. XXI e os portugueses eleitores, onde se incluem os cidadãos trabalhadores em uniforme, são perspicazes na leitura da vida social, qualidade que não nos podem retirar, e não será nada fácil abafar o nosso ruído, mesmo que amarrados e impotentes possamos ficar perante o jogo de cintura das elites intangíveis.

A nossa luta em defesa dos direitos dos Sargentos e das suas famílias tem incidido em tantas áreas específicas, porém quando abordamos a revisão do regime remuneratório e a justa, célere e gratuita assistência na doença, a resposta da tutela é o habitual slogan “**não há dinheiro...não há milagres!**”! Mas, afinal, ele milagrosamente aparece, multiplica-se e desaparece.



Operação X, operação XX, indícios, encobrimentos, acusações, lá alguém é constituído arguido, mas até ao lavar dos cestos é vindima. Será que temos colheita? Extinto o fogo, aparece o defensor dos defensores e quando a “coisa” ruma para a justiça, argumenta que devemos deixá-la fazer o seu longo e moroso trabalho e, se por outro lado, alguém for chamado para ser ouvido na casa da democracia, as perguntas não são correspondidas, os argumentos são lunáticos, os esquecimentos e as faltas de memória são múltiplos, etc. Veredito: afinal são meros mitos e lendas a descrever (des)

feitos heróicos, os quais têm que ser rapidamente esquecidos, passar sobre eles uma borracha, não é nada importante, nada se passou.

Estamos incrédulos, mas por outro lado se os Mitos são histórias fantásticas com monstros, enfim...bingo! As histórias que estamos a assistir na Defesa são fantásticas, e depois de narradas não há dúvidas que os intervenientes são mesmo “**monstros**”.

O fantasmagórico e brilhante exagero em redor das histórias míticas que tanto nos fez sonhar, perdeu “brilho” e o “papel principal” não é entregue à verdade. A narrativa foi distorcida e descreve inverdades. Ela é uma criação fantasiosa “da cabecinha dos outros”. Estamos mesmo baralhados! Será mesmo que assistimos a actos heróicos ou acontecimentos notáveis – lendas, ou estaremos a ver ficção a descrever “**Os deuses desgovernam**”?

Infelizmente caímos na realidade, a Defesa baseia-se em fictícias Lendas e Mitos, e

gostáramos de avisar a tutela que o mito da história da Caixa de Pandora foi usado para explicar como os males e doenças chegaram à Terra, assim como que a lenda da história de Robin Hood, o tal fora-da-lei, ficou conhecida simplesmente porque roubava dos ricos para dar aos pobres. Infelizmente, os papéis estão invertidos, quiçá mera “mitologia” moderna.

Lá se foi o nosso aumento na remuneração, a nossa promoção, a assistência na saúde gratuita porque os nossos merecidos troquinhos somados aos de tantos camaradas foram canalizados para a estratosfera, para os Deuses.

Basta de “monstros”! É necessário “limpar a casa”! Indigitem pessoas honestas, reais representantes da multidão, e quem sabe se assim ainda vamos a tempo de semear um legado que possa até personificar Mitos e Lendas que sejam bonitas e exemplares histórias da fibra e honestidade do Povo Português. ▲



A (des)aceleração do desenvolvimento das carreiras

O Decreto-Lei nº 75/2023, de 29 de Agosto, “define uma medida especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público”!



Contrariamente ao direito civil que admite com bastante frequência o uso lato da técnica da interpretação extensiva, o direito público administrativo é muito restrito, valendo sobretudo o princípio de que só é permitido e só é lícito fazer aquilo que a lei configura e permite.

Ora, este diploma nada configura quanto aos militares e começa desde logo com a vincada expressão “carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público”, típica da lei de trabalho em funções públicas que, em regra, não é aplicável aos militares.

Também a avaliação de desempenho, através do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), não se aplica aos militares. Mesmo aqueles que ingressam na Administração Pública (AP) após terminarem o Regime de Contrato ou o Regime de Voluntariado nas Forças Armadas, carecem de um modelo de contabilização da avaliação obtida.

Sabe-se que as próprias estruturas sindicais representativas dos trabalhadores da Administração Pública se estão a debruçar sobre esta questão, na procura de encontrar respostas satisfatórias para os trabalhadores que ingressaram na AP,

oriundos das Forças Armadas, embora haja a perspectiva de que não se trate de um número muito elevado de trabalhadores nestas circunstâncias.

Assim, a expectativa, que alguns poderão ter alimentado, de que os efeitos deste Decreto-Lei nº 75/2023 tivesse aplicação aos militares, cai por terra face ao articulado do mesmo.

Coisa diversa, uma vez que todos estivemos sujeitos à “mesma manta de gelo”, será a questão reivindicativa. Face à solução encontrada com “uma medida especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público”, é legítimo questionar se para os militares, enquanto “corpos especiais da administração pública”, não deveria ser encarada uma medida de valorização das carreiras e, sobretudo, de valorização salarial como tem sido encarado crescentemente na Função Pública.

Esta é, indubitavelmente, uma das muitas matérias a ser tratada em sede própria, assim seja reconhecido à ANS e às outras associações profissionais de militares, o direito à negociação colectiva em sede de concertação social, com vínculos, bem como o direito de representação jurídica dos respectivos associados. ▲



ASSÉDIO NAS FORÇAS ARMADAS?



Quando se assiste à negação de não existir assédio nas Forças Armadas e se cria inclusive legislação sobre o assunto ou até gabinetes de combate ao problema, poderia estar a pensar-se que, de boa fé, se poderia querer resolver este nefasto e preocupante problema. No entanto, a própria entidade que as Comanda e diz preocupar-se com esta problemática, é aquela que o está a criar, em grande escala, dentro desta Instituição.

Senão, vejamos:

- Baixos salários, obrigando os seus “empregados/colaboradores” a procurar novas modalidades de trabalho com melhores oportunidades e condições, principalmente remuneratórias;

- Degradação das carreiras, privilegiando a inércia ou mesmo a ignorância;

- Regras a mudar constantemente, sem salvaguardas para quem já se encontra nas fileiras;

- Deslocamentos a toda a hora e grande parte das vezes sem qualquer sentido, muitas das vezes assemelhando-se a possíveis castigos por não se pretender trabalhar com tal indivíduo (expressamente mencionado na sua avaliação, se assim se entender) e com prejuízo para a Fazenda Nacional;

- Não permitindo passagens à situação de reserva em alturas decisivas, conforme as ocorridas em 2016, para agora percebermos que afinal não seriam para não prejudicar os militares envolvidos, mas antes uma forma de retenção de Quadros, ainda que por estudo/gestão de carreiras já se antecipasse que a sua maioria não chegaria ao topo, ora por questões de ultrapassagens, limite de idade ou se pretendesse que aqueles por desilusão ou desencanto pedissem abate ao Quadro Permanente (QP) ou licenças sem vencimento até atingir a idade de poder declarar a passagem à situação de reserva;

- Indeferindo licenças sem vencimento, inclusivamente a quem a Lei dificilmente permite negar (aqueles que têm

pelo menos 22 anos de Quadro Permanente);

- Por todas estas razões e tantas outras que poderíamos aqui continuar a enumerar, tornando-se uma situação insustentável para o militar e sua família, obrigam-se estes a não ter outra alternativa senão a de pedir o abate ao QP à procura de novas soluções.

Esta postura de quem gere a Instituição Militar, faz-nos recuar à altura em que iniciámos carreira e estamos a fazer um curso difícil e de grande pressão psicológica, em que se tenta levar os formandos a uma situação de pressão intensa a fim de confirmar se estes o pretendem mesmo concluir a qualquer custo ou se o espírito incutido servirá para seleccionar os melhores e levará os mais fracos a desistir.

É isso que pretendem?

Não poderá a isto chamar-se assédio?

E se a este tipo de assédio estiver ligada uma intenção perversa de desgastar e levar de forma voluntariosa os militares a “baterem com a porta” a fim de facilitar a sua saída e evitar possíveis indemnizações, porque afinal o que se pretende é acabar com as Forças Armadas?

E o Comandante Supremo concorda com isto?

No final, quando nada já restar, **comandar o quê?**

Quando “Outros” liquidarem o que resta das Forças Armadas e através do Ministério que tutelam tornarem o Comandante Supremo refém das suas autoritárias decisões, como haverá equilíbrios ou mais importante ainda, como se defenderão as Leis consagradas na Constituição da República Portuguesa?

Obrigar-nos-ão ainda a jurar fidelidade e defender uma outra Constituição de uma qualquer República que esteja a ser equacionada vir a ser servida por “gentes” estrangeiras que passámos a importar e cuja ideia está em marcha?

Teremos também a necessidade de mudar Bandeiras e Hinos?

Será que os cidadãos portugueses pretenderão isto?

Deverão ser consultados? ▲





Urgente e necessário

Outra política para a Defesa Nacional e para as FFAA

Dignificar e valorizar as Forças Armadas (FFAA) é urgente e necessário!

Mas, ao contrário, tudo o que tem sido feito pela política da *comissão liquidatória das FFAA*, está a redundar em desnor-te trágico, quiçá simulado, quer nas políticas de Defesa, quer nas medidas que são propostas para tapar o autêntico buraco no recrutamento e na retenção para as/nas FFAA.

Em números anteriores d'O Sargento, quando nos debruçámos sobre o Plano de Acção para a Profissionalização do Serviço Militar, o famigerado PAPSM, e sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), nomeadamente nas medidas que prevê para as FFAA, já falávamos de algo afastado da realidade, de alguma miopia consciente, por parte dos responsáveis da tutela, nomeadamente a da área da Defesa. Estávamos, contudo, longe de imaginar as 'ideias' que o mês de Agosto (a *estação tola*) traria para a discussão sobre a falta de efectivos nas FFAA.

No artigo sobre o CEDN questionámos: *'[...] será com o downsizing dos critérios de selecção [...]'* que se visa alargar a base de recrutamento? Não pensávamos que a tradução de 'downsizing', em vez de 'redução', fosse traduzida, por alguns, por 'tamanho para baixo' ou 'encurtamento'. Pois foi o que aconteceu, e o anedotário nacional aumentou o seu espólio com mais uma série de estórias sobre 'a tropa de anões'.

Mas não foi a única ideia brilhante.

A que 'surgiu' mais a sério durante o mês de Agosto (embora amadurecida por muitos, e há muito tempo), foi a de recrutar estrangeiros para as FFAA, como medida para atenuar a falta de efectivos e os quase nulos recrutamento e retenção (dois dos 'erres' do PAPSM). Esta ideia, mais do que deslocada da realidade, mais do que inútil, é principalmente uma ideia perigosa.

Sejamos claros, o que está a pensar fazer-se é, a troco de salários baixos e de

uma eventual obtenção de nacionalidade ao fim de 5 anos, contratar 'empregados' precários, para 'trabalharem' nas FFAA, como se estas fossem uma qualquer empresa a necessitar de (lá vai mais uma em "modernês"; não traduzam mal) *outsourcing*. Ou seja, se atentarmos no que define a Constituição da República Portuguesa, o que estes 'vendedores de banha da cobra' se propõem fazer é vender soberania nacional! E a retalho, consoante a necessidade de mão-de-obra.

Infelizmente, esta ideia não pára de ser 'martelada' na opinião pública (mais ou menos como foi a ideia, também ela brilhante, do fim do serviço militar obrigatório). Veja-se o exemplo do título de um artigo de 19SET2023, no jornal 'Público': *'PS cada vez mais confortável com estrangeiros nas fileiras. A língua é ultrapassável'. Desculpem!! A língua é ultrapassável??!!*

Às FFAA podem concorrer, bem como à Administração Pública, todos os cidadãos que tenham nacionalidade portuguesa, seja qual for a sua origem, desde que cumpram os critérios de selecção legalmente estabelecidos. Recrutar estrangeiros, a troco seja do que for, é um caminho que rejeitamos.

Portugal não precisa de mercenários. Portugal tem é que, e citamos *'[...] tratar as Forças Armadas com toda a prioridade e tornar a carreira atraente, já que não há nada mais gratificante, para um cidadão, do que defender a Soberania da Nação. Há 'soluções' que não lembram ao Diabo, e esta ideia lançada na opinião pública é ofensiva [...]'* (14SET2023, Mário Bacelar Begonha, jornal 'i', online, consultado em 20SET2023)

O que Portugal precisa é de uma política que valorize e dignifique efectivamente as suas FFAA. O que os homens e mulheres que serviram, servem e servirão o País nas FFAA precisam, é que o Estado tome medidas no sentido de, e em síntese:

- Aumentar salários;



- Valorizar as carreiras, tornando-as atractivas;
- Assegurar assistências social e de saúde eficazes para os militares e suas famílias;
- Proporcionar condições de trabalho dignas e compatíveis, melhorando infraestruturas e equipamentos;
- Reconhecer à formação militar a sua justa e formal equivalência académica, para todas as categorias.

É disto que Portugal e as suas Forças Armadas precisam! De medidas urgentes e necessárias que visem atingir os objetivos acima descritos. Ai sim, os problemas com o recrutamento e a selecção começarão a ser resolvidos.

E não, não precisam, não precisamos, de mais anedotas, nem de estrangeiros nas fileiras...

Luís Bugalhão ▲

NÃO HÁ DINHEIRO?



Falta de recursos financeiros. Este é o maior, e o mais debatido, dos problemas da Defesa Nacional. Mas, será que não há mesmo dinheiro, ou será que ele anda a ser gasto em coisas de utilidade duvidosa?

Instalado na Academia Militar, em Lis-

boa, com o custo de quase 1 milhão de euros, a CAIH (Cyber Academia and Innovation Hub) *'[...] tem por missão estimular a formação, o treino e exercícios, a investigação, o desenvolvimento e a inovação, para alimentar o ecossistema nacional e internacional com o conhecimento e competências necessárias à nova geração de profissionais, bem como para apoiar o desenvolvimento de capacidades de ciberdefesa e cibersegurança'* (info retirada do sítio na internet do Ministério da Defesa Nacional). Está pronta desde o final de 2021, com mobiliário e equipamentos de última geração, e... continua fechada, vazia, por utilizar!

Um artigo do jornal online 'ZAP' (con-

sultado em 20SET23) refere que *'[...] algumas empresas parceiras já começaram a retirar material daquele espaço porque estão "desanimadas pela situação de impasse"...*

Mas, quem sabe considerando a escassez de recursos financeiros, o Governo resolveu criar outra academia de ciberdefesa!

Confuso? O referido artigo explica: *'[...] vai ser criado outro espaço para formar militares no mesmo contexto. A Escola de Ciberdefesa, a construir de raiz, será no edifício do Ministério da Defesa. E até perto deste espaço, a cerca de 15 minutos de distância [...]'*. Com custos previstos

de 12,5 milhões de euros (para recuperação de infraestruturas e recrutamento de entidades formadoras...), ainda segundo o mesmo jornal, *'[...] Prevê-se que esta nova escola tenha articulação com o CAIH.'*

Ou seja, há uma academia pronta, com tecnologia de ponta e pronta desde 2021 (e com a previsão de transferência de 2,6 milhões de euros até 2026, como refere o ZAP). Todavia, como vivemos tempos de vacas magras, o Governo resolve criar outra academia de ciberdefesa!

Não há dinheiro??!
O leitor continua confuso?
Pois, nós também. ▲



3ª Reunião de Sargentos - Núcleo da ANS de Ponta Delgada



No dia 14 de Julho a ANS realizou mais uma sessão de trabalhos associativos em Ponta Delgada promovido pelo seu Núcleo, contando como é apanágio com a simpatia e colaboração da Junta de Freguesia de São Roque pela cedência do seu auditório.

Marcaram presença cerca de duas dezenas de Sargentos das Unidades de Ponta Delgada, dos diversos escalões e especialidades, desde 2SAR a SMOR, no activo, reserva e reforma, que aceitaram engrandecer esta reunião, preocupados em ouvir e contribuir sobre as temáticas em agenda.

Para além destes, estiveram também presentes os camaradas dirigentes nacionais António Lima Coelho e António Assunção orientando a organização na condução dos trabalhos.

Com a bandeira da ANS hasteada no Auditório Francisco Cabral Teixeira, e o lema **“QUÃO DIFÍCIL NOS TEMOS MOVIDO”** bastante visível, deu-se início a uma jornada muito enriquecedora, compreendendo partilha de informação e debate geral acerca das injustiças que incidem sobre a categoria de Sargentos e suas Famílias.



A ordem de trabalhos preparada pelo Núcleo de Ponta Delgada compreendeu 5 Painéis seguindo-se de debate, nomeadamente a partilha das seguintes temáticas apresentadas pelos camaradas Francisco Rolo, Miguel Barreto e Pedro Milhomens: 1. “ACTIVIDADE ASSOCIATIVA 2023”; 2. “O MANDATO É DE TODOS”; 3. “O SUBSÍDIO DE INSULARIDADE”; 4. “PROMOÇÕES DE SARGENTOS 2023 – Ponto de situação” e “REMUNERAÇÃO BASE 2023+1% vs PROPOSTA REMUNERATÓRIA ANS”; 5. “CADERNO DE ASPIRAÇÕES – Discussão e contributos para futura revisão/actualização”.



Concluídas as apresentações, chegamos ao momento mais aguardado, o debate com a mediação do Presidente da Direcção da ANS, camarada António Lima Coelho, no qual as dúvidas foram esclarecidas e as

«novidades», como é sempre espectável, mexeram com os ânimos da plateia.

O Presidente aproveitou, em jeito de avaliação, fazer a sua crítica à organização, enaltecendo o trabalho organizativo e proactivo do Núcleo que, como vem fazendo nos últimos tempos, tem contribuído bastante para o trabalho associativo.

Perspectivando-se ainda em altura de deslocamentos o regresso do camarada António Assunção à sua Unidade de Guarnição, no Continente, os Órgãos Sociais referiram que o Núcleo deveria continuar a reforçar-se, acautelando situações como esta, possíveis ausências de alguns elementos por integrarem missões no exterior por longos períodos, ou mesmo por motivo de indisponibilidades momentâneas de índole pessoal, tendo-se decidido que o camarada Francisco Rolo, como sócio mais antigo, seria a pessoa indicada para esta responsabilidade, apesar do camarada António Assunção não deixar a ligação, assumindo o compromisso da responsabilidade no aconselhamento e apoio em tudo que o Núcleo vier a necessitar da parte da ANS.

Antes do encerramento dos trabalhos, o rejuvenescimento dos elementos do Núcleo foi um dos momentos altos com os elementos da Direcção Nacional a impor o Pin da ANS a novos camaradas que, agora como delegados do Núcleo da ANS em Ponta Delgada, irão fortalecer uma equipa de associados que dia a dia luta pela defesa dos direitos socioprofissionais dos Sargentos “insulares” e das suas Famílias.



O Núcleo da ANS em Ponta Delgada deu por encerrado os trabalhos com sentimento de missão cumprida, com o espírito vivo do 31 de Janeiro a correr pelas veias dos Sargentos de hoje que honram os Sargentos que em 1891 se pautaram pelos elevados valores da bravura, abnegação e heroísmo.

O novo Mandato da ANS também é do Núcleo, e agora camaradas: “É tempo de ir à luta. Toca a trabalhar!” ▲



Sargentos RES/REF

No início do ano um camarada que tinha acabado de passar à situação de Reserva fora da efectividade de serviço, publicou num grupo “WhatsApp” de sócios da ANS o seguinte:

“Camaradas, termino aqui a minha participação, pois não faz mais sentido pertencer a este grupo.”



Fiquei confuso, e não quis emitir juízos de valor, até porque desconhecia se a mudança de situação dos militares afecta ou não a participação destes no movimento associativo.

Então decidi dormir sobre a almofada com este assunto.

Desta forma, preparei o primeiro despertar para o debate nas comemorações do 31 de Janeiro onde iriam estar presentes camaradas na situação de **Reserva (RES)** e **Reforma (REF)** e assim, ao usar da palavra, cumprimentei os camaradas **“veteranos”** com a seguinte citação:

“As APM’s constituem um espaço privilegiado para nutrir a relação umbilical entre os militares no activo e os militares fora da efectividade de serviço.” (Aires, 2022: 43).

Esta minha alusão teve como objetivo trazer para a luta os camaradas que estão fora da efectividade de serviço. Explorar este tema, a importância dos militares na RES e REF no meio associativo, requeria estudo e desenvolvimento de metodologias, e assim defini como propósito tentar afirmar a importância dos Sargentos de ontem, de hoje e de amanhã na comum jornada que é a defesa das condições profissionais, sociais, éticas, e deontológicas dos “Cidadãos em Uniforme”. Então vamos a isso!

Para Romão et al. (2020) no estudo das problemáticas em volta dos recursos humanos das organizações militares, além das actuais dificuldades de atractividade e retenção, acrescenta que no fim da carreira militar os homens e mulheres que serviram com dedicação a sua Pátria não têm o adequado acompanhamento.

Não é apenas uma mudança de situação, é uma nova realidade social propícia a situações de stress e ansiedade por perda de segurança e estatuto, alterações comportamentais no seio familiar, entre outras consequências psicológicas e morais negativas.

Porém, outros estudos abordados por estes autores, descrevem o sucesso e satisfação na mudança de modo de vida, em que o reconhecimento de competências e qualificações contribuem para uma possível segunda carreira. (pp.139-140).

Assim, os “timings” da transição podem fazer a diferença entre o positivo e o negativo neste processo de ressocialização.

É real e do conhecimento público que muitos militares até antecipam a mudança de situação quando se deparam com manifestações de forte atractividade e oportunidade de novas carreiras, ou nem que seja apenas para fugir à insatisfação entre militares. (p. 144)

Para a realidade portuguesa, estes autores descrevem que a passagem à RES e REF é identificada na insatisfação entre militares em dois factores: o contexto de trabalho e o conteúdo do trabalho.

No contexto de trabalho a grande evidência situa-se nas alterações de estatuto que moderam a assistência e o apoio social.

Por sua vez, no conteúdo de trabalho, além da associada estagnação da remuneração, o afastamento do ambiente militar e da subsequente competitividade da carreira conduzem os intervenientes para um plano secundário, mais precisamente a perda de reconhecimento social dentro da Instituição Castrense. (p. 147)

Em suma, o elo de ligação instituição militar vs sociedade é quebrado, e uma nova via de interacção é necessária dado que a aceitação pode ser profícua para alguns, mas neutra para outros.

O exposto já nos permite retirar uma primeira conclusão:



a Instituição Militar esquece-vos, mas a ANS conta convosco!

a preparação para uma mudança de situação (RES/REF) é indispensável.

Romão et al. (2020: 158) refere que a passagem à situação de RES/REF ocorre maioritariamente por opção dos militares, e não por imposição dos limites de idade prescritos no Estatuto, o que demonstra que nem as alterações organizacionais, tecnológicas, socioculturais, entre outras que a Instituição Militar fomenta, retém os militares mais tempo na situação de activo.

No fundo, a percepção dos militares a estas alterações é de que estas são fruto de políticas desadequadas ou medidas avulso que não ocorrem com a celeridade desejada (ou talvez orientadas para outros?)!

Se o “abandonar as fileiras” por passagem à situação de RES (“Pré-reforma”) e passagem à situação de REF, é visto no meio civil e sentido por nós militares como sistemas de recompensas, há que desfrutar da mudança porque ela é bem merecida.

Vamos lá ocupar o seu tempo da melhor forma possível!

Podemos fazer tanta coisa, quicá o que nunca tivemos disponibilidade para fazer e se, por acaso, consultarmos a internet, não nos faltam sugestões.

Quero atrever-me a dar um “empurrão” e sublinhar que um Sargento RES, um Sargento REF, foi, é, e será sempre muito útil à ANS.

Independentemente da situação, **TODOS** temos o nosso papel nos trabalhos associativos.

Logo, precisamos de **TODOS**.

Antes de destacar qual o papel que podemos experienciar dos camaradas RES/REF no associativismo, queria explicar mais um autor, e desta vez numa abordagem sobre a “Preparação da Reforma”. Segundo Rebelo (2021), os jovens são muito cedo preparados para o ingresso no meio profissional, através do incentivo à formação escolar e académica propícia à sua escolha ou vocação, e assim garantirem a obtenção de um emprego.

Similar a nós, militares, iniciando-se na “recruta”, passando depois pelos cursos de formação de ingresso e progressão na carreira.

O pontapé de saída é bem programado, mas conforme este autor observou na preparação para a reforma, a meta é alcançada mas o pódio não está preparado. Ou seja, o seu grau de importância é descurado, independentemente de aos poucos ganhar projecção no debate público.

Esta preocupação tardia e pelas razões que conhecemos, como por exemplo o aumento da esperança de vida, colocou os especialistas a reflectir como integrar os “**novos reformados**” em actividades ou ocupações.

Assim, caso as ofertas de ocupação sejam abundantes, o reflexo na qualidade do período da reforma será positivo, logo como o autor acentua é “**...importante repensar e prepará-la o mais cedo possível.**” (p. 53).

Como “plano solução” este autor destaca três momentos na preparação para a reforma.

Um primeiro momento que deve ocorrer até ao limite de 10 anos antes de ocorrer a reforma, e nesta fase as pessoas devem fazer uma espécie de inventário das suas vidas, enumerando também mudanças que esperam que venham a ocorrer.

O segundo momento deve ocorrer próximo da mudança, e aqui é aconselhável a frequência de cursos de preparação para a reforma. Sendo um momento de ansiedade, a reflexão sobre expectativas e receios é obrigatória.

O terceiro momento incide na análise e balanço que devemos realizar depois da passagem à reforma, ou seja, tentar perceber se as iniciais preocupações se mantêm ou se outras ocuparam o seu espaço. (p. 53).

Naturalmente que estes três momentos identificados deveriam ser explorados pela tutela, e bem aproveitada a situação

de RES que poderia ser formação, reflexão, adaptação, aconselhamento, etc.; mas, infelizmente, o “**desligar dos quartéis**” transforma-se com o passar do tempo em esquecimento!

Antes de vos aliciar como podem continuar a lutar com a ANS, e dar-vos exemplos de como intervenções de camaradas RES/REF têm sido fundamentais, queria abordar uma situação que me incomoda há anos e é um nítido exemplo de esquecimento dos militares.

Refiro-me aos Dias Festivos das UEO, comemorações anuais heráldicas da sua existência, e claro com entidades convidadas ficando esquecidos aqueles que entre muros zelaram pela sua imagem e bem-estar.

Enfim, sabemos o porquê!

É triste para aqueles que foram os pilares humanos dos quartéis, estes dias passarem à classificação de memórias e suscitarem sentimento de mágoa, de exclusão! Contudo, há quem não se esqueça dos Sargentos, a sua Associação Socioprofissional que ao contrário de “outros”, não usa, abusa e deita fora.

A garra das lutas de ontem é a garra das lutas de hoje!

Ainda abrindo um pequeno parêntesis, enquanto militar no activo, mas já muito próximo de mudar para a situação de RES, e já do universo da fórmula de cálculo de aposentação ($P1+P2$), queria manifestar a minha leitura e preocupação para o perigo das mudanças, que se ocorrerem, também a vós chegarão.

Na passagem à situação de RES fora da efectividade de serviço a garantia que as regras não mudem é nula, estamos durante 5 anos na corda bamba com receios de redução ou aumento deste tempo.

Novas fórmulas de cálculo de pensão também podem surgir, e claro sempre a “**encolher**”, e até acrescento que o cálculo vitalício da aposentação é uma garantia, mas só de manutenção, porque aumentos face à inflação é pura ilusão.

Relembro que existe uma equipa nomeada pelo Governo em torno do dito “**livro verde**”, vamos ver que novidades os futuros e actuais reformados terão.

Camaradas, em qualquer situação (RES/REF) temos que estar sempre atentos, acho que o descanso na luta pelos nossos direitos não existe!

Passo então agora a enumerar alguns exemplos da importância dos militares RES/REF enquadrarem o associativismo militar, fazendo-vos uma série de perguntas:

- Já que estamos numa época de encomenda de estudos atrás de estudos, os nossos trabalhos não poderão ser do senso comum, necessitamos de ser participativos em conferências, debates, colóquios, escrever artigos de opinião, etc.; quem mais disponibilidade terá para enquadrar equipas de trabalho neste âmbito?
- Dado que algumas acções de protesto não podem ser preconizadas por militares no activo devido ao perigo de processos e punições segundo o RDM, quem poderá ajudar a desenvolvê-las?
- Para sermos entrevistados pelos meios de comunicação social, temos que o solicitar superiormente, e naturalmente a condição militar no activo não permite abordar certas matérias, logo quem melhor poderá desempenhar estas tarefas?
- Quem pôde e escreveu artigos de opinião ou crónicas para os meios de comunicação no âmbito do processo dos “13 Marinheiros do NRP Mondego”, que se traduziram em relatórios técnicos públicos sobre o sucedido?
- Quem está mais desperto e acompanha possíveis intenções de alterações ao tempo de serviço na situação de reserva, ou possíveis cortes a subsídios?
- Quem melhor poderá comprovar as alterações que foram feitas aos cálculos de aposentação, e melhor acompanhará as políticas governamentais de aumentos ou

cortes nas pensões?

Resposta: Sargentos na situação de RESERVA e REFORMA.

Conclusões: Os exemplos explanados são mais do que esclarecedores para a relevância do vosso papel no associativismo militar, e são inputs aos quais não podeis fugir, estais comprometidos.

Por outro lado, muitos de vós já se devem ter questionado sobre a actuação dos militares na situação de activo, e naturalmente sabemos que estes aos estarem inseridos no dia-a-dia da Instituição Militar dispõem de ferramentas que na RES e REF não se tem acesso.

Lima Coelho constantemente diz que a base dos Órgãos Sociais da ANS deverá ser constituída por Sargentos no Activo, o que concordo, mas que me desculpe o nosso Presidente porque a minha leitura não sendo divergente, carece de um reforço da voz da experiência.

Como depreendem não me refiro apenas a alguns Sargentos RES/REF nos órgãos sociais da ANS, dado que o raio da actuação da ANS abrange todo o território nacional, logo a sua descentralização informativa e interventiva nos trabalhos comporta todos aqueles que enquadram as actividades dos núcleos regionais, as comemorações, os debates, os protestos, as manifestações, as conversas entre associados, etc.

A nossa política associativa em questão de recursos humanos deve ser composta por uma multi-massa humana compreendendo Activo/RES/REF, num sentimento de união de classe/categoria, porque:

“Uma vez ANS, ANS sempre!”

Convite: Camaradas, se:

“A participação activa dos cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito ou que têm implicações directas nas suas vidas, constitui uma expectativa crescente na sociedade contemporânea.” (Mexia, 2009: 3)

Vamos então construir um grande grupo de trabalho, porque aquilo que nos une - o associativismo, é “**...uma das mais importantes formas de organização social e um instrumento privilegiado na satisfação das necessidades do ser humano, nas suas diversas manifestações.**” (Mendes e Ferreira, 1994: 5).

Camaradas, temos necessidades a satisfazer, lutas a travar e não vejo como sendo indispensáveis à nossa causa, a vossa experiência será o nosso aconselhamento, e a vossa necessária participação porque a situação RES/REF o permite é a nossa linha da frente de combate.

Camaradas, desejo-vos felicidades a desfrutar da merecida RES/REF, e como forma de ocupardes parte do vosso tempo livre, advirto a vossa dedicação à luta dos Sargentos, até porque certamente na leitura à edição nº 119 do nosso jornal, no seu editorial percebeste o compromisso da ANS para connosco, mas também temos que nos comprometer porque **“O MANDATO É DE TODOS!”**. ▲

Um Sargento devidamente identificado



Bibliografia:

- AIRES, Jorge, (2022). *Militares e Associativismo. Contributos para umas Forças Armadas deste Século*, Lisboa, Edições Colibri.
- MENDES, Vítor, e FERREIRA, Gomes (1994). *Legislação das Associações*, Legis Editora, Porto.
- MEXIA, César (2009). *Dinâmicas do Associativismo Militar em Portugal, Secção Autónoma de Ciências Sociais Jurídicas e Políticas*, Universidade de Aveiro.
- REBELO, Bruno, (2021). *Reformados e modos de relação com a Reforma*, Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE.
- ROMÃO, et al., (2020). *Reserva e Reforma no Exército Português, os números e as reconfigurações*, Sociologia Online, n.º 22, Abril, pp. 138-163.



Dia Nacional da Praça das Forças Armadas



Na presença de inúmeros convidados civis e militares, numa iniciativa conjunta da Associação de Praças (AP) e do Clube de Praças da Armada (CPA), no passado dia 9 de Setembro, junto ao monumento “Ao Marinheiro Insubmisso”, no Feijó, foi comemorado o “Dia Nacional da Praça das Forças Armadas”, assinalando os 87 anos do 8 de Setembro de 1936, acto que ficou para a história como sendo a “Revolta dos Marinheiros”.

A ANS esteve representada pelos Presidente e Secretário da Direcção, António Lima Coelho e Arlindo Almeida, respectivamente.

Tendo como convidado de honra o Professor Luís Filipe Almeida Palma, Presidente da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó, a cerimónia foi marcada pelas intervenções do Presidente da Direcção do CPA, CMOR Carlos Cardoso, do Presidente da AP, CMOR Paulo Amaral e do convidado de honra.

Paulo Amaral, na sua intervenção, depois de saudar todos os convidados e de agradecer ao convidado de honra, lembrou que “ao longo dos séculos, as Praças das Forças Armadas têm desempenhado um papel fundamental e relevante, na Instituição Militar e por conseguinte, na história de Portugal”, sendo assim importante “assinalar a homenagem aos que na longa noite do fascismo foram portadores da chama da liberdade e pela liberdade”, porque, conforme reforçou, “foi com o resultado da longa luta de todos aqueles que sacrificaram as suas vidas, que nos ajudaram a que hoje possamos viver em liberdade, e vivendo o presente com os olhos postos no futuro, travamos a nossa luta em prol da liberdade e da democracia”.

Paulo Amaral registou “a comemoração do Dia Nacional da Praça das Forças Armadas nas unidades do Exército e Força Aérea, como prova do reforço da unidade e coesão, unidade, pois todos seremos sempre poucos para levar por diante a dignificação e valorização da classe de Praças das Forças Armadas e coesão, porque com estas iniciativas conseguimos fortalecer os laços de solidariedade e de união entre as Praças das Forças Armadas, por forma a que deixemos de ser uma Classe de “EUS” e passemos a ser, cada vez mais, uma classe de “NÓS”. [...] Este ano, pela primeira vez, na Marinha não se realizou a comemoração [...] nos moldes em que tem sido realizado, mas [...] o CEMA enviou uma mensagem a todas as unidades, estabelecimentos e organismos, [...] enaltecendo o papel que as Praças têm tido no cumprimento da nobre missão de servir Portugal e os Portugueses”.

O Presidente da AP defendeu que “nenhuma estrutura ou organização, se sustenta sem uma base sólida”

apelando a que se olhasse para a estrutura das Forças Armadas “como se se tratasse de um edifício [...] sendo as Praças a sua base são estes homens e mulheres que sustentam o edifício [...] Com Praças desmoralizadas e desmotivadas essa base fica menos sólida, e sendo menos sólida não funciona e, não funcionando, não conseguirá sustentar este edifício. [...] As Praças [...] estão desmotivadas e percebem que a dignificação das suas carreiras e do seu estatuto, não se esgotam na comemoração deste dia nem muito menos na obtenção da consagração formal e institucional do 8 de setembro como Dia Nacional da Praça das Forças Armadas. Muito menos com palavras vãs!”

Lembrando o lema inscrito nas rodas de leme da Marinha (**A Pátria honrai que a Pátria vos contempla**) Paulo Amaral afirmou que: “...aqui só uma das premissas é cumprida: Nós honramos a Pátria! Quem deveria, pela Pátria, nos contemplar, não cumpre esse desiderato! [...] Quem diz repetidamente, que em primeiro lugar está a valorização e a dignificação dos homens e mulheres que prestam serviço nas Forças Armadas, as palavras não combinam com os actos”.



Paulo Amaral (AP)

Recordou e citou afirmações do Presidente da República, em diferentes cerimónias, tais como: “Porque, se queremos Forças Armadas fortes, unidas, motivadas, temos de querer que tenham condições para serem ainda mais fortes, unidas, motivadas.”

Porque, se não quisermos criar essas condições, não nos poderemos queixar de que, um dia, descobramos de que estamos a exigir às nossas Forças Armadas missões difíceis de cumprir por falta de recursos.” E numa outra ocasião, “A valorização das carreiras militares, que auferem os rendimentos mensais médios mais baixos de toda a administração pública é um desígnio imprescindível para atrair mais efetivos.”

O Presidente da AP lembrou ainda que “as Praças das Forças Armadas, são cidadãos em uniforme! Qualquer cidadão, tem a obrigação de se envolver na política, pois a política é o preço do pão, da carne, do peixe, da electricidade, do gás, da água e da prestação da casa. [...] O que estamos aqui a fazer, é política!”, defendendo que ser apertado não é ser apolítico.

E defendeu também que para “além de cidadãos em uniforme, também somos trabalhadores em uniforme, [...] temos todo o direito a discutir em sede própria [...] as condições socioeconómicas e socioprofissionais das Praças das Forças Armadas, [...] mas a tutela e os ramos, não cumprem a Lei Orgânica n.º 3/2001, [...] apenas no final dos diplomas aprovados, aparece a frase “Foram ouvidas as Associações Profissionais de Militares” só que ouvir é muito diferente de escutar! E nós não temos sido escutados!”

Criticou fortemente, e com fundamentos, as alterações feitas ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) com vista à criação do Quadro Permanente para Praças no Exército e na Força Aérea, que apesar das reuniões que decorreram no MDN com a AP, nem uma vírgula das suas propostas foi integrada, resultando inclusivamente num retrocesso nos conteúdos funcionais das Praças da Marinha, em nada valorizando e dignificando as Praças das Forças Armadas. Afirmou que “com este tipo de legislação, a senhora ministra e os chefes dos ramos não conseguirão recrutar nem reter [...] copiar um modelo que não cumpre os seus objectivos, é empurrar a classe de Praças das Forças Armadas para o seu fim e a instituição militar para o abismo”.

Na sua longa e contundente intervenção, Paulo Amaral não deixou de lembrar o trabalho conjunto das Associações Profissionais de Militares (APM) relativamente à Petição com mais de 7700 assinaturas, entregue na Assembleia da República, em Junho de 2021, para que se procedesse à revisão e alteração do sistema remuneratório dos militares das Forças Armadas e que todas as cinco propostas apresentadas por alguns Grupos Parlamentares, foram chumbadas com os votos contra dos deputados do partido que apoia o governo.





Não deixou também de assinalar a falta de desenvolvimento na carreira e a falta da caracterização e regulamentação dos cargos e funções do posto de Cabo-Mor, referindo ainda que “os Militares fazem 14 meses de desconto para a Assistência na Doença aos Militares (ADM), quando apenas podem ficar doentes 12 meses por ano. É urgente alterar a lei que permite esta injustiça tremenda, para todos aqueles que prestam serviço nas Forças Armadas”.

Abordando a escassez de efectivos e a dificuldade no recrutamento e retenção defendeu que “temos de acabar com o paradigma conforme está a ser realizado o Dia da Defesa Nacional” porque “esta forma de pretender chamar os jovens para as Forças Armadas, está mais do que ultrapassada” pois “não é colocando jovens em unidades militares, durante alguns dias que se lhes incute o que é a Instituição Militar e o que é ser Militar”.

Criticando o Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar, “plano aprovado em 2019, requegado e repescado em 2022, com alterações que do no nosso ponto de vista, nada de positivo trazem, que se irá resolver a falta de jovens com vontade de servir nas Forças Armadas” entende que os três “R” de recrutar, reter, reinserir, que o dito Plano defende, deveriam antes significar “Respeito, Remuneração, Reconhecimento”.

Paulo Amaral defendeu ainda que “muito menos se resolverá a falta de efectivos nas Praças das Forças Armadas, com a chamada de homens e mulheres de outras nacionalidades, porque estes não sentem o nosso juramento perante a Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida, como nós o sentimos. Não queremos Forças Armadas de mercenários!

Cantar o Hino Nacional, “A Portuguesa”, tem de dar um arpejo na pele. Chorar, quando se ouve e quando se o canta! E isso, não se compra. Sente-se!”.

Reafirmou que “o recrutamento e a retenção nas Forças Armadas, passará sempre por carreiras atractivas, melhores salários, melhores condições de habitabilidade, melhor alimentação e melhor apoio na saúde, durante e após o cumprimento do serviço militar”.

Lembrou que “com a intervenção da Associação de Praças já demos grandes passos” elencando algumas das vitórias conseguidas com o trabalho e esforço da AP.

Caminhando para o final da intervenção, o Presidente da AP reforçou que “a Condição Militar implica estar sujeito a um conjunto alargado de deveres, subordinação ao interesse nacional, disponibilidade permanente, obediência hierárquica, obediência não subserviência, sujeição à ética militar, o cumprimento de um exigente regulamento de disciplina militar e, se necessário, o sacrifício

da própria vida. [...] a Instituição Militar está associada à própria identidade Nacional e constitui um precioso repositório de tradições e de valores nacionais, os quais, aliás, constituem a principal fonte de estímulo e orientação do alto sentido de serviço nacional e que deve motivar os Militares que a integram. Neste sentido, constitui uma questão de interesse nacional promover o reconhecimento da Condição Militar, em correspondência com o seu merecido prestígio.

Com os olhos postos no exemplo dos heróis do 8 de Setembro de 1936, vamos prosseguir na luta pelos direitos que nos assistem, mas cumprindo os deveres que assumimos quando jurámos como Praças das Forças Armadas de Portugal!”.

Paulo Amaral terminou com duas referências a Bertolt Brecht:

“Não basta ter sido bom quando deixar o mundo. É preciso deixar um mundo melhor.”

“Há homens que lutam um dia, e são bons. Há outros que lutam um ano, e são melhores. Há aqueles que lutam muitos anos e são muito bons. Porém, há os que lutam toda a vida. Estes são imprescindíveis!” ▲



Carlos Cardoso (CPA), Luís Palma (UF-LF), Paulo Amaral (AP)

CPA – Clube de Praças da Armada 40 anos ao serviço dos Marinheiros



O CPA celebrou em Sessão Solene o seu 40º Aniversário, no passado dia 16 de Setembro.

Estiveram presentes entidades civis e militares, bem como representantes do movimento associativo militar, nas suas vertentes cultural-recreativa e socioprofissional (delegação da ANS: Nélson Bento e Luís Bugalhão).

Carlos Cardoso, o Presidente da Direcção, evocou a memória fundadora dos idos de 1983, as dificuldades pelas quais o projecto passou, até aos dias de hoje, em que o principal problema do movimento associativo, a falta de novos sócios, é também um desafio a ultrapassar.

Isso mesmo seria referido nalgumas intervenções dos convidados, mas sempre com uma mensagem de confiança e esperança de que o CPA tenha ainda longos anos de vida, para que a preciosa contribuição para a cultura, para o desporto, integrada no movimento associativo local e concelhio, dignificando os Marinheiros, a Marinha e os Militares, possa continuar como tem acontecido até aqui.

A sessão encerrou com os tradicionais corte do bolo de aniversário e brinde. À vossa, CPA! ▲





DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS EM RISCO?

Falam-se nos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos na CRP (Constituição da República Portuguesa), mas de que cidadãos estaremos nós a falar afinal?

O certo seria falarmos de cidadãos como um todo, civis, militares ou equiparados e governantes, no entanto parece não ser fácil nos encontrarmos com este pensamento, já que parece que o dos governantes alegando abusivamente o *“Interesse do Estado”* parece sobrepor-se a todos os demais.

O Artigo 266º que trata dos *Princípios Fundamentais da Administração Pública* na CRP diz:

1. A Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

2. Os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem actuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé.

Conforme se pode perceber no primeiro parágrafo, o interesse Público ou de Estado deve ser utilizado em prol da maioria dos demais cidadãos, na impossibilidade de o ser de todos e é dever da Administração Pública respeitar ou arranjar formas de proteger esses direitos.

Da mesma forma os órgãos do Estado (governantes, militares e outros), estão subordinados à Constituição e à Lei e é por isso que governantes e militares, ambos juram defender a CRP, apesar de só os militares no limite a defenderem com a própria vida, no entanto assistimos hoje a uma Administração que não parece agir de boa fé e trata os seus administrados de forma desigual, criando desigualdades e de forma diferenciada usa a justiça em seu benefício.

Tudo isto contrariamente ao juramento que prestaram como podemos perceber.

Como bem sabemos, os militares também são cidadãos, acrescidos ainda de envergar uma farda e reféns de um juramento que conscientes e com orgulho prestam à Nação e como tal com Deveres acrescidos perante os demais, bem como concomitantemente alguns Direitos inerentes supostamente.

O certo seria no mínimo serem tratados assim, já que está inerente à sua condição, então porque é que achamos que cada vez mais nós militares temos cada vez menos direitos? Só deveres, menos ou nenhuma Liberdade e qualquer garantia que se perde no tempo com a mudança de novos Regulamentos e Leis?

Porque reside um medo constante de comentar/opinar qualquer assunto com camaradas e amigos nas Unidades?

Porque deparamos com camaradas a gravarem as conversas que puxam em clima de bar?

Qual a intenção? Onde irão parar?

Mesmo em silêncio, os pensamentos surgem receosos de poderem ser escutados por algo maligno que não conseguimos compreender.

Se, como ouvimos há algum tempo atrás, o interesse em projetar umas FFAA a 20 anos, prever só nessa altura a duplicação dos vencimentos actuais, então nunca lá chegaremos porque com tanta roubalheira e malandragem, nunca haverá para recrutamento e manutenção.

Como poderemos cumprir metas tão exigentes como as que temos em mãos nas actuais FFAA com orçamentos tão baixos?

Será que o poder económico se está a sobrepor ao político, corrompendo-o, e este último corrompendo o militar?

Não devemos esquecer nunca o juramento que fizemos perante uma Bandeira, perante os outros cidadãos.

Esquecer, será violar todas as palavras proferidas que deveríamos sentir orgulhosamente e com ardor, com toda a certeza será trair a confiança, os princípios e os valores morais e Constitucionais do Povo Português e dos cidadãos que pretendemos proteger. ▲

Nota da Redacção – Este artigo foi traduzido da edição de Mai/Jun2023 da revista “La Sentinelle”, órgão oficial da ACMP/CGPM, sindicato militar belga, membro da EUROMIL.

TRAIÁRAM-ME!



MUITOS MILITARES ABANDONAM AS FORÇAS ARMADAS ANTES DO FIM DO TEMPO DE SERVIÇO. PARA O ESTADO MAIOR DA DEFESA, É UMA ESTATÍSTICA QUE DEVE SER COMBATIDA CONTRATANDO SEMPRE MAIS. MAS LONGE DE SER INEVITÁVEL, ESSE DESGASTE CRIADO ATRAVÉS DESTA MÉTODO, É MUITAS VEZES SINTOMA DE UMA DESORDEM ESTRUTURAL EM ESCOLAS E UNIDADES, COMO NOS REVELA O DEPOIMENTO ABAIXO.

O militar que nos confia o seu exemplo é Sargento. Iniciou o serviço em 2018 e abandonará em breve a Defesa Nacional. Recorreu tarde demais ao nosso sindicato para poder sair do impasse.

Para ele a única salvação está numa saída rápida, a sua história é alucinante e familiar. Esta história, entre outras, confirma uma imagem cada vez mais perturbadora das nossas forças armadas. Porque em certas unidades onde o comando abdicou das suas funções, verificamos que uma classe de parasitas fardados caça aqueles que têm a infelicidade de se comportar como soldados, como militares.

SONHO DE CRIANÇA

“A minha formação em Saffraanberg, decorreu sem problemas, de um modo normal, tornar-me Sargento era um sonho que se concretizava. Eu estava motivado, tive bons resultados e os meus instrutores apreciavam os meus esforços.

Os meus problemas começaram na Escola de Infantaria. Um Sargento-Ajudante, reparou na minha tez morena e lançou-me um olhar de ódio. Rapidamente percebi que ele iria persistir nesse tipo de atitude. Tanto mais fácil porque a formação do nosso pelotão francófono ocorreu em duas casernas isoladas em Bourg-Leopold, longe de qualquer controle.”

“Desde o começo, todos os meus camaradas receberam uma arma FN SCAR, eu devia sistematicamente transportar uma metralhadora pesada MAG. Eu sou musculado e estou em muito boa forma física, no início isso não me incomodou muito, mas rapidamente deparei com um obstáculo físico e psicológico, estava sempre a ser punido. À noite fazia-me escrever as punições, cerca de quinhentas palavras para me impedir de dormir e de estudar como faziam todos os outros candidatos. Ficava trancado na arrecadação de material de guerra com a ordem humilhante de encher as páginas com textos inúteis como um aluno estudante. Esvaziaram o meu armário para o chão, as minhas coisas ficavam danificadas. Gritavam tanto comigo que eu já nem ousava falar sequer, porque tudo era pretexto para bullying, vulgo praxe. Eu já não me sentia um ser humano, os adultos faziam-me ter ataques de pânico. Um dia, um Tenente perguntou-me como eu me sentia. Eu já não conseguia dizer nada, eu estava aterrizado, eu tentei ser um bom militar, eu entreguei-me a 200%, mas eles venceram, eu falhei/chumbei na escola de infantaria, o meu sonho foi destruído...”

SARGENTO MODELO

“A Defesa enviou-me então para a Logística, onde comecei a minha formação profissional. Eu descobri que não era uma nulidade e que seria um bom Sargento e que os meus superiores apreciavam o meu trabalho e o meu esforço, durante a fase de formação na secção obtive as melhores notas, eu era um Sargento exemplar. Redescobri uma certa confiança no sistema. Aquilo que tinha acontecido em Bourg-Leopold não foi por minha culpa...”

“Quando fui colocado numa unidade como comandan-

te de uma secção num centro de distribuição logístico, todos os escritórios e secretárias já estavam ocupados pelos meus futuros subordinados. Como boas vindas, recebi uma cadeira e fiquei instalado no corredor! Ninguém me cumprimentou ou explicou nada. Eu era o único francófono, eu não tinha um padrinho. O Sargento-Chefe responsável vinha uma vez por semana, havia de facto um Comandante, mas ele estava sempre em teletrabalho e a sua reforma estava eminente. Compreendi então que sem apoio nada podia fazer contra aqueles que nada faziam e que parasitavam o serviço. Então, ao menos tentava fazer o meu trabalho. Ao fim de seis meses aprendi os procedimentos e o idioma local (flamengo), dei tudo de mim e descobri um verdadeiro caos, havia literalmente milhares de dossiers/processos pendentes. Como POC logístico cada dia processava mais de 120 pedidos em flamengo, a minha equipa era indescritível, ausentes, incontactáveis, incontroláveis. Quando vinham à unidade era para roubar o material, estar na balda e esperar que o dia passasse enquanto eu me esfoçava para satisfazer as solicitações. Como eu os perturbava ninguém me falava ou fazia caso de mim. Um Tenente chegou e não sabia nada sobre o trabalho; só lhe interessava assumir o lugar tranquilo do Comandante. O mau ambiente era indiscutível, a unidade estava ao abandono total. Garantir sozinho o trabalho de 13 elementos era impossível. Como eu era o único que produzia alguma coisa era também comigo que reclamavam por todos os problemas. Um dia rebentei, eu estava exausto.”

FALSO ANTÍDOTO

“O médico diagnosticou-me um esgotamento grave, e prescreveu-me quatro meses de baixa. Como um idiota insisti para poder regressar ao fim de um mês. O Tenente reuniu o pessoal e anunciou que eu era um mau Sargento e que me ia isolar num edifício vazio! Logo depois um Comandante de Companhia chegou, mas nunca se apresentou. Eu sabia que não me servia de nada ir importuná-lo na sua torre de marfim. Então convocou-me com ordem para assinar as notas de avaliação desfavoráveis, quando eu nunca tinha tido a menor entrevista acerca do assunto. Solicitei a consulta do meu processo individual, não havia nada nele, nem sequer os resultados das provas físicas, as quais sempre tive a nota máxima e, no entanto, fui um dos poucos a fazê-las. Como os documentos eram falsos e sem data, recusei-me a assiná-los. Então tive que me apresentar ao Coronel, um “patrão” que nunca tinha visto depois de me ter apresentado na unidade. Ele questionou-me se podia contar comigo para partir em missão/operação. Antes de ingressar nas Forças Armadas eu nunca tinha duvidado de mim por um único momento. Nesta situação levei alguns dias para pensar sobre isso, então eu respondi-lhe: “Meu Coronel eu não me considero capaz de partir em missão/operação com os chefes e os subordinados que constantemente pensam nos seus próprios interesses e privilégios em vez da lealdade, espírito de servir e integridade. Valores pelos quais eu decidi ingressar nas Forças Armadas e que se revelam ausentes em muitas áreas”. Posso então “dispensar a solicitação”.

“HOJE, TERMINOU. SE EU FICAR FAREI UMA DESGRAÇA. CHEGUEI A UM PONTO QUE PREFIRO A PRISÃO AO EXÉRCITO. ESTOU DESTRUÍDO, FUI TRAIÍDO.”

CONTACTEM-NOS ATEMPADAMENTE

Se se reconhecem neste género de situação ou se foram confrontados com factos semelhantes contactem-nos imediatamente. Não esperem que a situação se degrade ao ponto que a vossa saúde seja posta em causa e que o abandono das Forças Armadas seja inevitável. Saibam que na maioria dos conflitos a intervenção da ACMP-CGPM encontra uma solução duradoura... na condição de haver tempo! ▲



...E também na Grécia!!!

Atacar o problema do recrutamento e retenção nas forças armadas de vários países europeus. Analisar as demissões de pessoal militar na Grécia



George Zgardanas
Militar do Exército Grego,
Membro da Direcção da EUROMIL

Elevado número de demissões nas Forças Armadas gregas: Um desafio complexo

Na Grécia, a questão das elevadas taxas de demissão nas forças armadas tem estado no centro das discussões, chamando a atenção para as razões subjacentes e potenciais soluções. Este fenómeno, que atinge percentagens de dois dígitos, tem suscitado preocupações quanto ao seu impacto nas forças armadas.

Razões subjacentes às elevadas taxas de demissão: O panorama grego

As demissões nas forças armadas gregas são alimentadas por uma série de factores críticos. Os principais factores são os níveis salariais inadequados e as condições de trabalho adversas, que se tornaram uma ocorrência diária, envolvendo tarefas não relacionadas com a missão principal das forças armadas. Além disso, as horas extraordinárias não pagas, o stress relacionado com o trabalho, as dificuldades de alojamento e a qualidade de vida das famílias dos militares contribuem para a insatisfação prevalente entre o pessoal.



Tendências europeias abrangentes: Reflexo das alterações demográficas e dos avanços tecnológicos

A questão não se limita à Grécia e reflecte as mudanças sociais europeias em geral. Com um número cada vez menor de estudantes a entrar na vida activa, o mercado de trabalho tornou-se cada vez mais competitivo. As tecnologias modernas, a digitalização e as ameaças híbridas e cibernéticas emergentes estão a remodelar a natureza das funções dos militares, alterando as competências que os recrutadores procuram nos potenciais militares.

Recomendações e soluções da EUROMIL: Baseadas na Declaração da EUROMIL sobre Recrutamento e Retenção

A Declaração da EUROMIL sobre recrutamento e retenção oferece uma visão valiosa para enfrentar os desafios causados pelo elevado número de demissões. O documento enfatiza os percursos de carreira a curto prazo e ao longo da vida como padrões mínimos. As recomendações mais importantes incluem:

- Prestar apoio ao pessoal que transita para carreiras civis, após o serviço militar, através de cursos de formação e preparação;
- Estabelecer ligações com empregadores de vários sectores para alinhar a formação com as necessidades do mercado de trabalho;
- Garantir termos de serviço transparentes e compromissos claros sobre a duração do contrato e o apoio pós-contratual;
- Criar percursos profissionais atractivos tanto para o serviço militar de curta duração como para o serviço militar vitalício, tendo em conta o salário, as promoções e a experiência;
- Fomentar um ambiente de trabalho diversificado e inclusivo, promover o equilíbrio entre a vida profissional e familiar e oferecer oportunidades de bem-estar mental e de aprendizagem ao longo da vida.

Implicações e preocupações futuras: Procurar uma abordagem equilibrada

As elevadas taxas de demissão, se não forem resolvidas, podem acabar por comprometer a prontidão das missões militares. A sobrecarga de trabalho do pessoal restante devido à falta de efectivos e ao envelhecimento da força de trabalho agrava o desafio. É necessária uma abordagem multifacetada para encontrar um equilíbrio entre a retenção de pessoal e a eficácia operacional.

Conclusão: Um caminho a seguir

A questão do recrutamento e da retenção nas Forças Armadas Europeias e, em particular, as demissões na Grécia, exige uma resposta abrangente. Embora os desafios persistam, as recomendações da EUROMIL fornecem um roteiro para abordar as causas profundas das demissões e manter o pessoal qualificado. Ao avaliar estas propostas, as forças armadas de vários países europeus podem preparar o caminho para uma comunidade militar mais robusta e eficaz. ▲

DIXIT...

“E no mesmo sentido interessa que a certificação dos sargentos se faça com a atribuição de diploma superior CET nas áreas da robótica, da mecatrónica, da topografia, da mecânica, uma vocação acrescida que as academias dos ramos devem, sem discutir a sua natureza, assumir”.

Ascenso Simões, in EXPRESSO – 21SET2023

“Não é possível a concretização de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional sem os recursos adequados, sob pena de ser inviável a sua operacionalização. Falo das capacidades em geral, matéria em que a Lei de Programação Militar deverá ir bem mais longe do que o ensaio frustrado da última lei. Mas **falo também dos recursos humanos. Importa mais do que nunca valorizar e reconhecer aqueles que diariamente defendem a nossa bandeira em Portugal e no estrangeiro**” [...] “militares auferem dos rendimentos mensais médios mais baixos de toda a Administração Pública”.

Marcelo Rebelo de Sousa, CCB – 11ABR2023

“Portugal não precisa nem de Gurkas, nem de companhias de Legião Estrangeira para se constituírem em forças expedicionárias. Nem precisa de tropas travestidas de outra coisa para cumprir desideratos obscuros algures, como é prática corrente de alguns países.

Portugal precisa de uma outra política que valorize e dignifique as Forças Armadas, desde logo o seu capital humano. Aliás, uma política que deve ser extensiva a toda a Administração Pública, dado o grau de depauperamento a que tem sido conduzida.”

Rui Fernandes – Avante – 14SET2023

“Que um fraco rei faz fraca a forte gente - [...] A incapacidade do Governo, o “rei”, em tomar decisões resulta no agravar dos problemas. Há que meter dinheiro. Avançar nas soluções: salários; saúde; horários; protecção à chamada família militar. São os essenciais para atrair e manter em quantidade e qualidade. Nada que as associações militares já não alertem há anos, alto e a muito bom som.”

Sérgio A. Vitorino – CM – 20SET2023

“Um Coronel Comandante de um Regimento do Exército, hoje, está preso a um exercício banal de gestão de falta de recursos. A sua maior preocupação é a fatura de electricidade, o preço do combustível, a substituição da lâmpada do candeeiro do gabinete e não o foco no treino operacional e na manutenção de equipamentos. A razão é simples, soldados não há e o dinheiro para a manutenção não existe!

[...] Às unidades territoriais não chega um cêntimo do PRR e nem um euro da LPM, mas tão só o orçamento de gestão diária da miséria instalada. [...] Que soldado ou civil assistente operacional está disponível para aceitar um contrato de serviços em Santa Margarida por 800 euros (fora descontos) se nas caixas do supermercado do Mercadona auferir 2 vezes mais, sem ser privado das suas liberdades e preso a exigências de serviço a qualquer instante? A resposta está na perda média de 5 militares por dia neste ano de 2023. É insustentável este estado da arte e a breve trecho colocará em risco todo o edifício das Forças Armadas.”

Fernando Figueiredo – Observador – 21SET2023



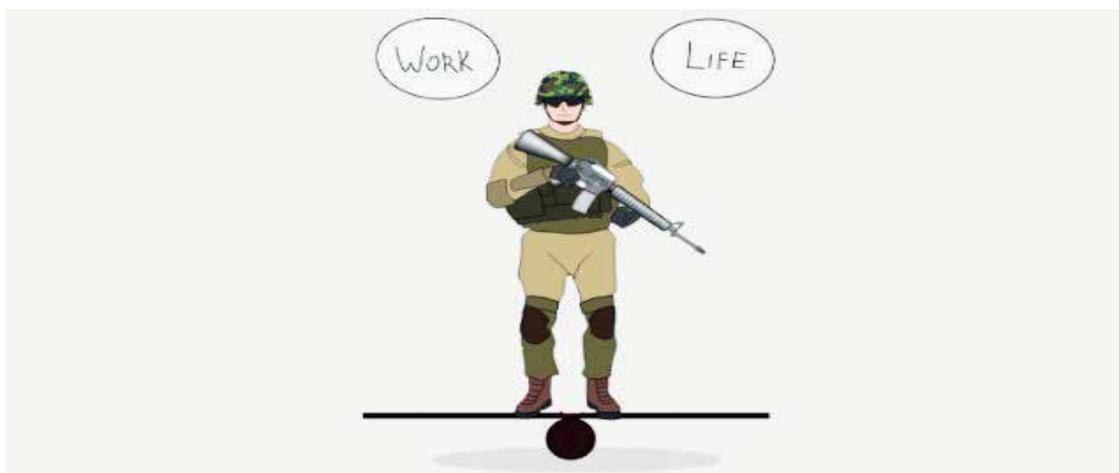
Equilíbrio entre vida profissional e pessoal nas forças armadas. Uma comparação nórdica.

Nos últimos anos, cresceu o interesse pelas diferentes formas como o emprego militar afecta o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal dos indivíduos.

Os militares enfrentam desafios únicos para equilibrar seus compromissos militares e responsabilidades domésticas e, às vezes, têm que agir em situações exigentes e pressionantes com pouco ou nenhum aviso prévio. Encontrar um equilíbrio adequado entre trabalho e não trabalho é particularmente complexo durante o treino militar e os destacamentos/deslocamentos que exigem longos períodos fora de casa.

Ao longo da sua carreira, os militares enfrentarão, provavelmente, repetidas separações de casa, familiares e amigos enquanto participam de treinos e deslocamentos. Além disso, é provável que a percepção dos militares sobre o equilíbrio entre vida pessoal e profissional influencie sua satisfação no trabalho e intenções futuras de carreira (Sachau et al., 2012). Pesquisas mostram que, após servir no exterior, o pessoal relata menor satisfação com suas relações pessoais e maior desejo de deixar as forças armadas (Andres et al., 2012). No entanto, a oferta de apoio organizacional e, portanto, estar mais bem equipado para lidar com as exigências conflitantes da vida profissional e não laboral, tem um impacto positivo no equilíbrio entre vida pessoal e profissional (Anderson & Goldenberg, 2019; Sachau et al., 2018). O objectivo deste estudo foi investigar como o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e diferentes exigências e recursos relacionados com o trabalho afectam o bem-estar, a satisfação no trabalho, o comprometimento com a organização e a disposição de permanecer na organização entre militares na Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia.

A recolha de dados ocorreu entre os dias 25 de Abril e 30 de Maio de 2022. Os sindicatos de oficiais de cada país distribuíram um link de pesquisa para seus membros por e-mail. A participação foi voluntária e as instruções da pesquisa indicaram que os dados seriam trata-



dos confidencialmente. Os números de resposta foram 474 oficiais dinamarqueses, 983 oficiais noruegueses, 849 oficiais finlandeses (11 dos quais falavam finlandês-sueco) e 1002 oficiais suecos.

Os resultados mais significativos deste estudo são, naturalmente, as fortes relações entre as condições de trabalho dentro das Forças Armadas e a satisfação no trabalho e a intenção de afastamento dos militares. Quanto melhor o apoio e a compreensão do “empregador”, quanto mais apreciadas as recompensas e benefícios, melhores os requisitos do trabalho são adaptados aos interesses e competências do indivíduo – mais isso tende a dar maior satisfação no trabalho e redução das intenções de deixar o serviço.

Essas relações também já foram confirmadas anteriormente entre militares das Forças Armadas suecas, onde Österberg e Rydstedt (2018) encontraram fortes relações entre, por um lado, estimular o conteúdo do trabalho – e, por outro lado, motivação e satisfação no trabalho, bem como intenções reduzidas de deixar o serviço.

Um pouco mais notável é o impacto quase inexistente dos conflitos entre a vida profissional e familiar sobre o

bem-estar no trabalho – depois da influência das condições de trabalho ser introduzida pela primeira vez na análise. Uma tentativa de interpretação desta situação é que as condições de trabalho reais são obviamente de grande importância para a emergência de conflitos entre a vida profissional e a vida familiar, e que, se as condições de trabalho estiverem bem adaptadas às necessidades e desejos individuais, isso também reduz os conflitos entre o trabalho e a vida privada.

Os resultados deste inquérito sugerem que as forças armadas dos países nórdicos enfrentam actualmente desafios consideráveis e, provavelmente, desafios ainda maiores nos próximos anos. É importante rever a remuneração e os benefícios dos militares. Estes incluem não só salários, mas também pensões, e subsídios para indivíduos destacados em operações, no estrangeiro e a nível nacional. O salário não é o único incentivo financeiro que precisa de ser enfrentado. Deve haver um foco, não apenas no recrutamento de pessoal, mas também nos esforços para reter pessoal na instituição militar. Caso contrário, corre-se o risco de perder competência quando grandes grupos etários se aproximam da idade da reforma. ▲

Cartas dos leitores I

“Rei fraco faz fraca a forte gente”

(título de um artigo do *Jornal do Exército*, nos idos anos 90 do século passado, sobre um período menos feliz de liderança de então no CM)

Quando o ex-CEME ocupou o cargo, em 19OUT2018 (segundo o Dr. Google), depreendo que a primeira preocupação que teve foi a de tirar a foto com o novo camuflado. Quem olhasse para essa fotografia assumiria que os seus camaradas mais modernos, sob o seu comando, estariam nas mesmas condições e usariam o mesmo camuflado. Assumpção ilusória.

Nas aulas de MCM (Moral Cívico-Militar) a lição dizia que o SOLDADO deverá ser a primeira e última preocupação para qualquer líder, qualquer que seja o posto e grau de responsabilidade na tomada de decisão; zelar pelo seu bem-estar; indagar sobre o seu estado psicológico e físico; preocupação para se saber um pouco sobre a sua vida pessoal e familiar para se poder entender o seu comportamento e atitude; preocupação constante para que fossem facultadas as condições necessárias para cumprir a missão. Só depois se poderia exigir.

Em situações extremas e não desejáveis que aconte-

çam, o SOLDADO (Praça) é que estaria a dar o corpo às balas para salvar o nosso “coiro”. Afinal, todas as preocupações referidas anteriormente têm o seu fundamento: o SOLDADO só se sentirá em pleno se sentir que o seu instrutor/comando zelou por ele até aquele momento e continuará a fazê-lo.

Pois, isso foi no século passado. Agora a tropa está diferente: primeiro facultam-se todas as condições possíveis, e mais, às cúpulas, depois, logo se vê.

Afinal, a máxima de “liderar pelo exemplo” já deixou de o ser.

Voltando ao fardamento, volvidos 5 anos, ainda temos meio exército que (des)espera pelo novo camuflado.

Há situações em que o Militar do velho Exército Português (EP) mais parece um guerrilheiro de qualquer grupo armado ilegal. Temos Militares com botas do novo fardamento e camuflado antigo; com calças e dólman antigos e tshirt do novo; há quem já não se preocupe em apertar as calças sobre as botas, porque o novo camuflado assim o mostra (o problema é que ainda se usa o camuflado antigo e isso não está previsto). No fundo, cada um anda como quer e todos estão bem (?!?!!) porque ninguém se entende e os “líderes”/mandantes a isso não ligam nem se preocupam. A uniformidade, característica da Instituição Militar (IM), deixou de o ser.

A somar a tudo isto, temos o facto de grande parte dos

camaradas andarem mal ataviados com as calças e dólman rotos/rasgados, mas sem que a culpa lhes seja imputada. A instituição a que pertencem, que deveria zelar pelo bom atavio, não está em condições de o fazer – não há camuflados novos para distribuir, mas também não há o antigo para comprar, porque as defuntas Oficinas Gerais de Fardamento do Exército (OGFE)/Casão não têm para fornecer. Chegou-se ao cúmulo de solicitar a devolução de fardamento novo distribuído para que se pudesse entregar a uma Força Nacional Destacada.

O período de transição torna-se demasiado longo para um exército tão pequeno. A palavra estratégia, tão cara no meio militar (no político parece-me que não há) também já é uma miragem e tornou-se uma palavra vã.

Como as OGFE já não o são, a tropa passou a ser refém das empresas privadas e dos negócios que a instituição faz, por vezes com resultados aquém do esperado. Depois, talvez porque o dinheiro não aparece para pagar o que foi acordado, o produto final deixa de ser o pretendido e vai sofrendo alterações, algumas aberrações e assim vamos andando. Faz-me lembrar o tão propalado projecto “Soldado do Futuro”, divulgado com pompa e circunstância, mas que, como o nome indica, ainda é para o futuro. Estará próximo???

A Logística, essencial em qualquer organização, no Exército está pelas horas da amargura e, assim, não →→→→



→→→→ será fácil manter a máquina oleada, por mais fortes que os elos sejam.

Voltando ao ex-CEME, talvez a segunda medida tomada tenha sido a mudança de look do Militar do EP. Assim, uma farda com casaco diferente das calças tornar-se-ia mais apelativa, mesmo que o tecido fosse mais fraco.

A boina castanha também já estava cansada de tanto ser usada, pelo que seria também necessário mudar a cor. Teríamos de ser originais e o EP passaria a usar a cor preta. Dizem as conversas de caserna que isso se deveu a uma qualquer visita da referida entidade ao país que continua a ser venerado, mas é responsável por grande parte dos conflitos a nível mundial.

Alguém se esqueceu de que a modéstia e o low-profile deveriam continuar a ser o “core-business” do Soldado Português.

Pronto, ficaram criadas as condições para atrair mais jovens para a defesa da Nação Portuguesa. Apenas continuo sem perceber porque será que eles continuam a não querer este Exército que têm visto ultimamente.

Se um jovem me perguntasse se deveria ingressar neste Exército, dar-lhe-ia um rotundo NÃO, por muito que me custasse e por ter tido orgulho em envergar a farda e pertencer ao EP.

Ora, parece-me, assim, que o que o jovem procura é algo que o preencha e não uma mera operação de cosmética e de ilusão. Para isso tem as redes sociais.

Se o Exército continua a exigir sem dar, vai continuar a definir.

O que o jovem procura é:

- Bom salário-para pagar as contas do dia-a-dia e ter um pouco de prazer na vida;

- Apoio na saúde sem que tenha de dar parte do salário para pagar 14 meses de ADM (mesmo depois de o Tribunal de Contas ter considerado ilegal). Afinal, o Soldado tem por missão o interesse público e nacional, com sacrifício da própria vida;

- Apoio à família, mormente se estiver em missão no estrangeiro, por decisão de alguém em honrar os compromissos;

- Promoções assim que devidas, com as subsequentes regalias e benefícios, mormente salariais e de funções. A “troika” já saiu de Portugal há alguns anos, mas as medidas continuam em vigor. De quem será a responsabilidade de tremenda decisão?

Não será a antiguidade no posto que colocará o pão à mesa, mas sim o salário que é devido de acordo com a mesma antiguidade.

Continuem a ser “yes men” e, brevemente, teremos um país sem exército credível. Para isso, já alguém aventou que os estrangeiros poderiam ingressar nas Forças Armadas. A continuar assim, rapidamente teremos um qualquer grupo paramilitar a controlar a acção militar. Primeiro, porque pagam melhor, segundo porque a tropa deixaria de ter pessoal motivado. Apesar disso, o Soldado Português, no sentido lacto, continua a fazer das tripas coração para levar a missão a bom porto ou “a carta a Garcia”.

O poder político é que decide, mas parece-me que a cúpula militar deixou de praticar o dever de tutela, porque passou a preocupar-se com a sua carreira pessoal.

O jornalista Luís Castro, num artigo de opinião no jornal “Sol”, escreveu: “Os sucessivos governantes e Presidentes da República- alguns deles nunca foram à tropa ou fizeram-no por poucos meses- têm-se esquecido dos seus soldados.”

Num outro artigo, escreve: “... Políticos e governantes mostram desprezo pelos militares e os que têm quatro estrelas nos ombros deviam dizê-lo..... De que têm medo generais e almirantes?”

Até onde quererão levar o Exército Português e as Forças Armadas?

Leitor Devidamente Identificado

Cartas dos leitores II

PARA QUANDO?

Chegamos a uma qualquer Unidade militar!

A primeira coisa que sentimos é o silêncio. Um silêncio assustador. Aquilo que era antes um lugar de alegria, de convívio de transmissão de conhecimento, um local onde os jovens aprendiam a saber o que era responsabilidade, a honra, ou seja, o que era ser um cidadão de pleno direito agora é um lugar deserto onde os que lá estão, estão resignados votados ao abandono e ao esquecimento. Em redor de uma qualquer Unidade militar existiam um conjunto de serviços para atender a esses jovens cheios de vida e energia próprios da juventude.

Agora o que é uma Unidade militar? É um lugar com uma parada vazia, com instalações a cair aos pedaços, estando muitos edifícios, que foram criados para fazer face aos números e às suas necessidades, fechados e em ruínas. As viaturas onde muitos aprendiam e percebiam que as viaturas da “tropa” eram feitas para gente de barba rija pois só os melhores é que recebiam esse privilégio. Qualquer um que serviu nas Forças Armadas desses tempos recorda a dureza do que era estar nas unidades. No entanto, fora da unidade não se conseguia falar de outra coisa. O pó, a chuva, o Sargento exigente, do serviço diário, tudo era motivo de conversa. Era falado com orgulho porque ser militar era isso mesmo: ORGULHO EM SERVIR. Orgulho de servir e estar sempre pronto a lutar. Hoje não é assim. O orgulho foi substituído por resignação; as paradas cheias foram substituídas por paradas cheias de ervas daninhas que antes seria impensável acontecer; as viaturas estimadas e sempre prontas estão encostadas numa qualquer oficina, na melhor das hipóteses, porque a maioria está é mesmo num monte de su-

cata a aguardar a evacuação, mas não vai porque continua a ser número que pesa na Unidade.

Os outrora orgulhosos militares são substituídos por homens e mulheres cansados de serviços, de exercícios, de cerimónias e de todo um conjunto de tarefas acrescentadas, mas, no fim, contam os trocos para saberem se podem ou não irem a casa ver a família.

Esta é a triste realidade das nossas unidades. Falta de homens e mulheres, quartéis sem as condições mínimas de segurança e habitabilidade, viaturas, aeronaves, navios obsoletos, inoperacionais, que vão ficando cada vez piores. Esta é a descrição do estado das nossas Forças Armadas. Mas como é que chegámos a este estado de coisas? A culpa é de quem? Dirão alguns que os militares poderão ter alguma culpa. Claro que sim! Também a terão! Existem coisas que podiam ser feitas de outra forma. Existem decisões que levam á exaustão de meios humanos e materiais. Mas o verdadeiro e principal culpado deste estado é o poder político. Foi o governo A ou foi o governo B? Não, não foi! Foram todos. Todos sem

excepção! Todos contribuíram para este estado de coisas. Todos retiraram verbas, todos desviaram verbas e, como podemos depreender pelas notícias, existem alguns que sonegaram verbas. E porquê? Porque perceberam que os militares servem o país, servem o povo português e matreiramente aproveitaram-se disso. Cumprir a missão é apanágio dos militares. Então os militares têm que cumprir as missões mesmo sem meios, porque os militares têm de cumprir. Infelizmente já não dá para cumprir mais. Porque cada vez há menos militares e os que estão cá já não a cumprem. Mas não é porque não querem, mas sim porque é impossível!

Numa entrevista ao falecido ministro da defesa, Júlio Castro Caldas e ao então deputado Ângelo Correia, por alturas da apresentação do “Livro Branco da Defesa Nacional”, em 2001, e com o ainda Serviço Militar Obrigatório em vigor, foi-lhes questionado se o projecto não seria ambicioso. A discussão era em torno do que se pretendia da Defesa. Ângelo Correia afirmou na altura que “brincar à tropa é muito caro” e afirmava que o livro era ambíguo porque não definia o que se pretendia. Afirmava ainda que se fosse para ter tropa a sério iria custar muito dinheiro, mas se as Forças Armadas fossem para fazer cerimónias, que as fizessem com as “Mau-seres” pois a Ordem Unida era muito mais bonita. Reparem que já em 2001 se falava que ninguém sabia o que queria fazer com as Forças Armadas. Se calhar foi mesmo esse o objetivo: não se definia nada porque se calhar não as queriam.

Neste momento as Forças Armadas andam na boca do mundo. Falta de meios, falta de militares, corrupção, tudo é motivo para se falar das Forças Armadas. Inclusivamente há um artigo que fala da falta de prestígio dos ministros da defesa, pois é alguém que é empurrado para lá sem qualquer poder negocial, nem sendo sequer importante saber alguma coisa de “tropa”. Acresce até o facto dos chefes militares que são escolhidos por casting para o cargo, como num qualquer programa de televisão, sendo melhor condição, aquele que menos celeuma irá levantar.

A questão é que agora não dá mais. Agora começa a estar em causa a imagem de Portugal no seio dos nossos parceiros. Aquela imagem que “está tudo bem”, já não dá para disfarçar. Qualquer profissão é mais prestigiosa que as Forças Armadas. Qualquer outro sector paga mais que as Forças Armadas. O cúmulo dos cúmu-

los dos últimos tempos foi pensarem em estrangeiros nas Forças Armadas. O problema é aquela coisa chata que os impede de fazer o que querem: a Constituição da República Portuguesa. O grande problema é que dá muito nas vistas não cumprir aquilo que lá está escrito. Mas como estão habituados a NÃO CUMPRIR A LEI, tudo é possível. Possivelmente um arranjinho entre todos lá irão conseguir.

Para terminar e falando do futuro: e agora? A apresentação do Orçamento de Estado é em Outubro. Talvez o Orçamento de Estado mais importante dos últimos tempos, pois irá dar um sinal, uma luz do que querem. O que esperar? Vão fazer justiça? Vão atender às pretensões e anseios dos militares? Ou vão distribuir migalhas como se fossem grandes medidas? Isto é importante. Os governantes deste país são pródigos em distribuir migalhas. Esquecem-se é que são governantes porque foram eleitos e têm que fazer com que a qualidade de vida da população em geral melhore. Está escrito na nossa constituição: “São tarefas fundamentais do Estado: (...) d). Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais.” Conforme o Artigo 9º da Constituição da República Portuguesa.

A pergunta que se coloca é se será mesmo isto que os nossos governantes estão a fazer? Ser governante do nosso país é servir, servir o povo português. Se calhar, está na altura destes senhores aprenderem com os militares. Ser militar não é um emprego. Ser militar é servir. Servir os portugueses. Servir Portugal. Viva Portugal.

Autor devidamente identificado



“POBRE” CONSTITUIÇÃO...

São as Forças Armadas que garantem a soberania nacional. Compete aos militares a defesa do território português e dos portugueses. Eles juram defender, mesmo com o sacrifício da própria vida, as leis e a Constituição da República. Têm como Comandante Supremo o Presidente da República. Em matérias de organização dependem directamente do governo que nomeia um ministro para a área da Defesa. Assim o diz a alínea d) do artigo 199º da Constituição Portuguesa: “É competência administrativa do governo dirigir os serviços e a actividade da administração directa do Estado, civil e militar, (...)”. Até aqui nada de novo. As Forças Armadas são, também apartidárias, ponto este espelhado no ponto 4 do seu artigo 275º* “As Forças Armadas estão ao serviço do povo português, são rigorosamente apartidárias (...)”. Mais uma vez nada que qualquer pessoa com o mínimo de discernimento não entenda. Os militares servem o país e os portugueses. Por isso diz no ponto 2 do mesmo artigo 275º* que “As Forças Armadas compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses e a sua organização é única para todo o território nacional”, ou seja, para servir nas Forças Armadas compete única e exclusivamente aos portugueses.

O fim dos governos provisórios e a eleição de Mário Soares para o primeiro Governo Constituinte, marcaram um período conturbado culminando com os militares a entregarem os destinos do país a governantes civis. Ou seja, desde 1976 que os destinos de Portugal são conduzidos pelos partidos existentes de acordo com os artigos 148º, 149º e 151º da Constituição da República.

Todos os dias assistimos a notícias de abertura dos telejornais com notícias sobre o estado do nosso país. É o aumento do custo de vida, a falta de habitação, greves em todos os sectores desde a educação à saúde, um galopante aumento da criminalidade, casos mediáticos na nossa justiça que se arrastam, ao que parece, até de forma muito conveniente, e a muito preocupante e forçada emigração em massa dos nossos jovens. Esta emigração é grave, pois se os nossos jovens emigram é porque não encontram perspectivas de futuro no nosso país. Aquilo a que assistimos é uma constante resignação onde as pessoas cada vez mais se sentem mal com o estado das coisas. No artigo 9º da nossa Constituição, estão lá espelhadas as tarefas fundamentais do Estado. Estas tarefas são entregues ao governo democraticamente eleito, ou seja, é o governo que deverá assegurar o seu cumprimento. A pergunta que devemos colocar é: “Está isto efetivamente a acontecer?”. Como já acima foi dito, não, não está!

De acordo com o artigo 2º da CRP, a “República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a rea-

lização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”.

Se os portugueses têm dificuldades em sobreviver, não conseguem pagar as contas, têm dificuldades no seu dia-a-dia, é porque aqueles que foram eleitos para nos governar não estão a cumprir com a tarefa para que foram mandatados pelos portugueses e pela Constituição. Estão a ter dificuldades em perceber, ou talvez não, que têm de governar sob o compromisso assumido de servir Portugal e os portugueses, pois se não o fazem ou é por incompetência ou é propositado. Mas se existe um governo eleito, quem tem a competência para supervisionar o seu desempenho? Será a Assembleia da República, obviamente. Mas aqui entra uma figura muito importante. O Presidente da República. Ele, através do artigo 120º que diz “O Presidente da República representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas”, ou seja, é o guardião e primeiro responsável do cumprimento da Lei fundamental da República Portuguesa. Mas o que assistimos não é bem assim. Vemos alguém que ao invés de ser um exemplo para o país, soma chacota atrás de chacota nos meios de comunicação social. Ao invés de mostrar uma conduta irrepreensível, mostra ligeireza no cumprimento do mais alto cargo da nação. O nosso país que já foi a maior potência do mundo não merecia que existisse mais respeito por esta mesma história? Ou ao invés, acha que os portugueses gostam de ser assim representados vulgarizando assim o cargo?

Todos os órgãos de soberania são eleitos por sufrágio universal. O artigo 113º* determina que “O sufrágio directo, secreto e periódico constitui a regra geral de designação dos titulares dos órgãos electivos da soberania, das regiões autónomas e do poder local”. O que assistimos é uma cada vez maior taxa de abstenção. Abstenção quer dizer que as pessoas não vão votar e os motivos que fazem com que as pessoas não votem são muitos, desde a impossibilidade por motivos de doença até os de cariz profissional. Mas a taxa de abstenção começa a ser superior a metade da população. Isto é um sinal de que as coisas não estão bem. Em vez de vermos os vencedores e derrotados preocupados com o número de pessoas que não foram votar, eles desvalorizam. Quando aparecem a congratulam-se com os resultados obtidos, dizendo que os portugueses os escolheram, ignoram o facto de só representarem uma minoria destes. Esquecem que foram todos derrotados pela abstenção. Estariam mais de metade dos portugueses doentes ou a trabalhar nesse dia? Não parece lógico. Não será antes o motivo, pelo qual, cada vez mais as pessoas se estão a desligar da política, não por desconhecimento, mas antes por não acreditarem em ninguém que as irá representar? Isto não

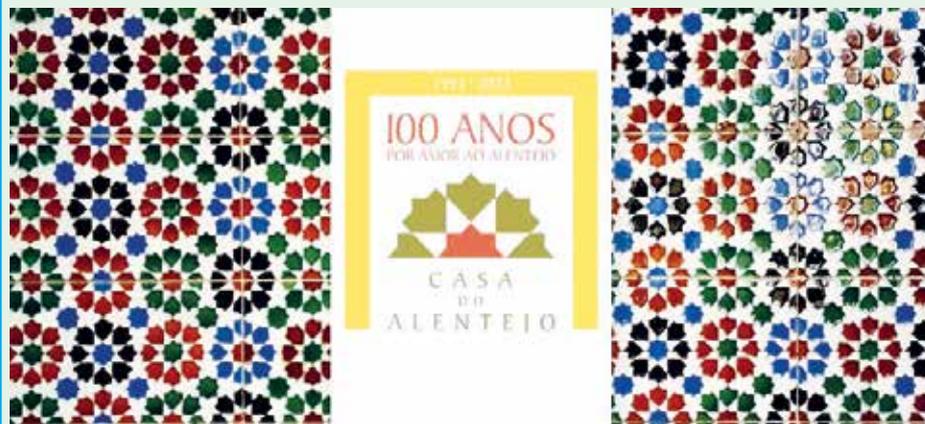
será antes uma mensagem de que se está a passar alguma coisa de errado?

Iniciámos este texto com o que são os militares. Acresce agora outro aspecto. Os Militares das Forças Armadas são o último bastião do cumprimento das leis, são os defensores maiores da nossa Constituição. Os militares juram bandeira, com a fórmula “Juro, como português e como militar, guardar e fazer guardar a Constituição e as leis da República, servir as Forças Armadas e cumprir os deveres militares. Juro defender a minha Pátria e estar sempre pronto a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida”. É Lei, está no Estatuto dos Militares das Forças Armadas. Este é o compromisso de cada militar. Só é militar aquele que jura com esta fórmula a apontar ao Estandarte Nacional. Se estamos a assistir ao permanente degradar das condições de vida dos portugueses, um ataque às liberdades e direitos de cada um de nós, uma justiça que protege os poderosos e persegue os mais indefesos e, onde existe, cada vez maior abandono do país por falta de perspectivas por parte dos mais jovens que não são nem mais nem menos do que o nosso futuro, algo está mal. Se o responsável máximo não está a desempenhar o seu

dever, então alguma coisa não está bem. Até nos últimos tempos, para resolver o problema da falta de pessoal nas Forças Armadas querem oferecer a nacionalidade ao desbarato. O que é preciso acontecer para se dizer que já se atingiu o limite? Os nossos chefes estão reféns de quem os escolheu para as chefias, mas estão a esquecer-se do seu juramento. Para quando uma tomada de posição em relação a isto tudo? Ninguém está para aqui a falar em revoluções, nem nada que se pareça com isso. Estamos num país democrático e existem locais para se chamar a atenção do que se passa. As pessoas que nos estão a conduzir para o precipício têm que ser chamadas à razão, têm que perceber que não governam para elites, mas que devem governar para todos os portugueses. Está na altura de fazer ver que, tentar resolver as coisas da mesma maneira repetidamente não podem conduzir a resultados diferentes. Se cada vez mais os portugueses estão a viver pior, é porque muito boa gente não está a fazer o seu trabalho. Não estão a cumprir com a Lei. Estão a falhar com a Lei. Estão a falhar com a Constituição Portuguesa. Estão a falhar com Portugal.

*Da Constituição da República ▲

Tantas Vezes um Porto de Abrigo!!!



A Casa do Alentejo, local emblemático de muitas lutas, eventos e iniciativas da ANS, assinalou este ano o centenário da sua fundação.

Fundada no dia 10 de Junho de 1923 e tem como missão dinamizar, promover e preservar a cultura alentejana.

No âmbito do centenário foi inaugurada a escultura comemorativa *Uma Fonte de Amizade*, da autoria do escultor alentejano Jorge Pé-Curto.





ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

A pesar de ser considerado um período de maior inactividade, mais propício ao descanso, supostamente dedicado a merecidas férias, a verdade é que, fruto das inúmeras dificuldades com que a maioria dos cidadãos portugueses estão confrontados, a que não estão imunes, nem isentos, os Sargentos, a actividade associativa nestes meses de Verão, mesmo neste período, (*erradamente chamado por alguns como “a estação parva”, vá-se lá saber porquê...*), foi necessária e importante.

Dessa necessária e importante actividade apresentamos abaixo um breve resumo:

05JUL – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede e via vídeo;

12JUL – Reunião do Conselho Consultivo do IASFA, via plataforma vídeo. ANS representada por L.Coelho;

13JUL – Reunião com Sargentos em Beja. ANS representada por L.Coelho;

14JUL – III Encontro Regional de Sargentos, promovido pelo Núcleo da ANS de Ponta Delgada. ANS representada por L. Coelho e A.Assunção;



15JUL – Cerimónia, em Loures, alusiva ao 22º aniversário da Delegação de Lisboa da ADFA. ANS representada por V.M.Alves;



20JUL – Reunião na sede social com Sargentos da FAP. ANS representada por L. Coelho;

24JUL – Reunião vídeo com dirigentes da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

25JUL – Reunião na sede da AOFA, na Trafaria, no âmbito do “Manifesto CRP”. ANS representada por L.Coelho;

27JUL – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede e via vídeo;

31JUL – Reunião na sede social com Sargentos do Exército. ANS representada por L.Coelho;

17AGO – Reunião na sede social com uma delegação de antigos combatentes. ANS representada por L.Coelho;

24AGO – Reunião na sede social com Sargentos da Força Aérea. ANS representada por L.Coelho;

05SET – Cerimónia, no Restelo, alusiva ao 49º Aniversário do EMGFA. ANS representada por L.Coelho;



06SET – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede e via vídeo;

09SET – Cerimónia comemorativa do Dia Nacional da Praça das Forças Armadas, no Feijó. ANS representada por L.Coelho e A.Almeida;



14, 15 e 16SET – Reunião da Direcção da EUROMIL e aniversário da fundação do sindicato militar húngaro HOSZ, em Budapeste, Hungria. ANS representada por L.Coelho;



16SET – Cerimónia alusiva ao 40º aniversário do CPA, na Cova da Piedade. ANS representada por L.Bugalhão e N.Bento;



18SET – Reunião com o Director do CAS-Oeiras. ANS representada por L.Coelho;

20SET – Reunião e trabalhos na sede social, preparatórios para a Conferência Nacional de Sargentos;

21SET – Reunião e trabalhos na sede social, para preparar o próximo número do jornal “O Sargento”;

22SET – Reunião na sede social com Sargentos do Exército. ANS representada por J.Galvão, L.Bugalhão e V.M.Alves;

23SET – Reunião na sede da CPCCRD, em Lisboa, no âmbito do “Manifesto CRP”. ANS representada por L.Coelho;

25SET – Reuniões com diversas entidades bancárias. ANS representada por L.Coelho, R.Graça e J.Pereira;

28 SET – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede e via vídeo. Na altura do fecho desta edição prosseguem os trabalhos de preparação para a Conferência Nacional de Sargentos que, conforme anunciado, é de inscrição

obrigatória, pelo que reiteramos o apelo a que se inscrevam através dos canais disponibilizados pela ANS, conferência importante para actualizar o documento de trabalho com os anseios, aspirações e objectivos dos Sargentos de Portugal.

Estão em curso os trabalhos preparatórios para uma exposição das primeiras páginas do jornal “O Sargento” a ter lugar em Santiago Maior, Pias, Alandroal em que se incluirá uma sessão debate sobre o papel dos Sargentos na Implantação da República, do 31 de Janeiro de 1891 ao 5 de Outubro de 1910.

Continuam os trabalhos, reuniões e contactos com Sargentos, fruto das necessidades de apoio cada vez mais prementes resultantes do descalabro em que se encontra a Condição Militar.

De todas estas iniciativas, trabalhos, reuniões e encontros daremos conhecimento na próxima edição do jornal “O Sargento”. ▲

Associação Nacional de Sargentos

Uma organização ao serviço dos Sargentos de Portugal

A Associação Nacional de Sargentos foi criada no I Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, a 1 de Abril de 1989, com a presença de cerca de 4500 Sargentos.

A ANS insere-se num movimento global que pugna activamente pela dignificação dos militares em geral, na sua condição de “Cidadãos em Uniforme”, e dos Sargentos em particular, enquanto parte integrante da Nação.

Foi pioneira no associativismo militar no período pós 25 de Abril de 1974, desde logo lutando pela obtenção de um Estatuto profissional para TODOS os militares, o que foi uma realidade a partir de 1990, com a publicação do EMFAR.

Fundamental foi o combate contra o “espartilho” criado pelo Artigo 31º da lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 1982, alcançando a sua alteração com a publicação da Lei do Associativismo Profissional dos Militares, em 2001, após 19 anos de intensa e imaginativa luta.

Desde 1993 que a ANS é membro de pleno direito da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, sendo muito activa e participativa no movimento associativo e sindical militar europeu.

Uma associação, como qualquer organização ou instituição, não se faz sem o factor humano, sem a sua massa associativa, razão de ser e força dos seus combates!

E uma associação é tão mais forte quanto mais alargado for o universo efectivamente representado.

A ANS veio a constituir-se na voz que os Sargentos não tinham!
Reforcemos essa voz, dando-lhe cada vez mais força!

**“Associa-te!
Vem dar mais força
à força dos Sargentos
de Portugal”!**





CONFERÊNCIA NACIONAL DE SARGENTOS

Centro de Apoio Social de Deiras

18 NOVEMBRO 2023 / 09h00



PERSEVERANTES. RESISTENTES. UNIDOS.

Mais informações nas nossas plataformas digitais

<https://ans.pt/>

[ANSargentos](#)

[ANSargentos](#)

[ANSargentos](#)

[ANSargentos](#)

Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os pró-

prios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos

informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt ou no Facebook em www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA

- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS
- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO (www.farmaciasprogresso.pt)
- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA

- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY
- FAZUM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos
- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.
- ATUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT